

ESCOLA DE PROFESSORES DO SINPROSP

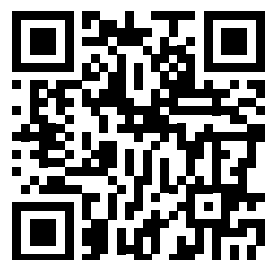


- ✓ PRIMEIRAS LETRAS, PRIMEIRAS LEITURAS
- ✓ DESIGN THINKING
- ✓ CULTURA DOS POVOS ORIGINÁRIOS
- ✓ CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA
- ✓ EDUCAÇÃO INCLUSIVA
- ✓ LETRAMENTO MIDIÁTICO
- ✓ EDUCAÇÃO AMBIENTAL
- ✓ ARTES
- ✓ MATEMÁTICA
- ✓ INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO

Todos os cursos são online, dão direito a certificado de participação e são gratuitos para sindicalizados.

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO DE 2026

- CURSOS
- LIVES
- OFICINAS
- CLUBE DE LEITURA



<< PARA MAIS INFORMAÇÕES

<http://escoladeprofessores.sinprosp.org.br> e-mail: escoladeprofessores@sinprosp.org.br

Um mergulho no nosso tempo

Minha alegria maior, aqui e agora, é apresentar a sexta edição da GIZ, digna de orgulho e de nossos maiores afetos por todas e todos que a fizeram existir.

Desde a sua criação, em 2023, sob a batuta do nosso saudoso José Salvador Faro, a revista vem se pautando por temas que envolvem não apenas nossa profissão docente, mas questões atuais oriundas das mais diversas esferas da sociedade e que atravessam nossa vida cidadã.

Neste número da GIZ, a tradição se mantém. Mas abre espaço para experimentação de novas abordagens editoriais, nova visualidade gráfica e de novos colaboradores que, com técnica e arte próprias, estão nos ajudando na leitura do mundo que nos cerca, na leitura

da vida que nos chama a agir com força e coragem neste nosso tempo, nada fácil.

Pois bem: convido você a mergulhar na GIZ e se fazer acompanhar de uma variedade de temas como saúde mental, violência no ambiente escolar, políticas de educação que engendram compromissos com o futuro - e que dizem respeito à arte de ensinar, de aprender, de negociar, de defender e de lutar.

Em nome da Diretoria do SinproSP, reafirmo que esta revista está destinada a ser semente e a fazer florescer a bendita mania de contar a história dos nossos tempos, mesmo que em um samba curto...

Boa leitura!

Celso Napolitano,
presidente do SinproSP

DIRETOR RESPONSÁVEL
Celso Napolitano

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Ana Luisa Zaniboni Gomes – MTb 17.546/SP

ASSISTENTE EDITORIAL
Karen Ramos

PRODUÇÃO
Fábia Renata S. de Oliveira
Luma Jatobá
Giulianna Liguori Beltrame - estagiária

DIAGRAMAÇÃO
Alessandro De Toni

CONSELHO EDITORIAL	Milena Buarque
Beth Vespoli	Nancy Casagrande
Celso Napolitano	Neusa Bastos
Iberê Moreno	Sandra Caballero
Madalena Peixoto	Silvia Barbara

A REVISTA GIZ é uma publicação semestral do SinproSP –
Sindicato dos Professores de São Paulo.
Os textos assinados não refletem, necessariamente, a opinião da Diretoria.

SinproSP
Sindicato
dos Professores
de São Paulo



< Acesso à
edição digital



www.sinprosp.org.br



(11) 5080-5988



@sinprosp

Rua Borges Lagoa, 208, Vila Clementino, São Paulo, SP.
CEP 04038-000

EDITORIAL UM MERGULHO NO NOSSO TEMPO
Por Celso Napolitano **Página 03**

DOSSIÊ COMO ESTÁ SUA SAÚDE MENTAL?
Debate com José Roberto Heloani,
Cristiane Oliveira Reimberg,
Mariana Flesch Fortes e Sandra Caballero
Por Terlânia Bruno e Luana Copini **Página 06**

EDUCAÇÃO UM CAMPO EM DISPUTA
Entrevista com César Callegari
Por Lúcia Rodrigues **Página 20**

TRABALHO A ESCOLA COMO UMA COMUNIDADE
DE CUIDADO
Entrevista com Telma Vinha
Por Marta Avancini **Página 26**

ENTREVISTA LUIZA ERUNDINA: O SOBERANO
DA DEMOCRACIA É O POVO
Participantes: Celso Napolitano, Dorival Bonora
Júnior, Fábio Eduardo Zambon, Iberê Moreno,
Lidiane Christovam, Maria Elisabeth Vespoli,
Maria Sofia Aragão, Rita Fraga, Silvia Barbara
e Walter Augusto de Moraes
Por Fábia Renata S. de Oliveira **Página 34**

CULTURA O PROFESSOR NA LITERATURA
Por Marlise Vaz Bridi **Página 52**

CRÔNICA DEZ MANDAMENTOS PARA BEM
RECEBER UM AUTOR
Por José Roberto Torero **Página 60**

NOSSA CAPA “A Professora Vitruviana”, de Laerte, foi inspirada
no desenho “O operário”, publicado no livro
“Ilustração Sindical do Laerte” (OBORÉ
Editorial, 1986), em livre interpretação da obra
“O Homem Vitruviano”, um dos estudos mais
famosos de Leonardo da Vinci criado por volta de
1490, durante o Renascimento.

EDIÇÃO

06

JUNHO DE 2026

G
IZ

REVISTA DO
SINDICATO DOS
PROFESSORES
DE SÃO PAULO

SUMÁRIO

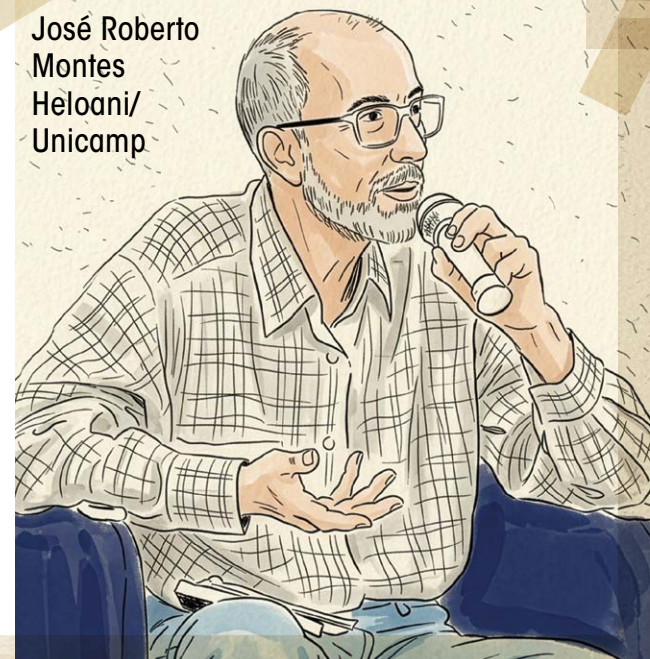
COMO ESTÁ SUA SAÚDE MENTAL?

Para discutir a questão que afeta a rotina de milhares de docentes em todo o país, o SinproSP reuniu os pesquisadores José Roberto Heloani (Unicamp) e Cristiane Oliveira Reimberg (Fundacentro), além da procuradora Mariana Flesch Fortes (Ministério Público do Trabalho-SP). O debate foi coordenado por Sandra Caballero, diretora do SinproSP, como parte das atividades editoriais da revista Giz, agora registradas na íntegra neste Dossiê.

Por TERLÂNIA BRUNO e LUANA COPINI

ILUSTRAÇÕES FEITAS SOBRE FOTOS: SERGIO MALTA DECOURT / SINPROSP

José Roberto
Montes
Heloani/
Unicamp



Mariana Flesch
Fortes/MPT



Cristiane
Oliveira
Reimberg/
Fundacentro



Sandra Aparecida
Caballero Chagas/
SinproSP



Pesquisadores apontam modelo de gestão como causador dos transtornos mentais nos professores.

As mudanças no mundo do trabalho, cada vez mais céleres, têm sido acompanhadas de doenças que, em menor ou maior escala, impactam a vida dos trabalhadores. Nunca houve tantos afastamentos por doenças mentais relacionadas ao trabalho, assim como casos de assédio moral. Os números são alarmantes e crescem de forma assustadora.

Os professores, tanto da rede pública quanto da particular, são uma das categorias mais impactadas pelos agravos. Levantamento do Centro do Professorado Paulista, a partir de dados da Diretoria de Perícias Médicas do Estado, aponta que São Paulo contabilizou em média, de janeiro a setembro de 2025, o afastamento diário de 95 professores por saúde mental. No mesmo período, foram registradas 25.699 licenças médicas por transtornos mentais e comportamentais em todo o estado. Dados do Ministério da Previdência Social projetam 150 mil afastamentos de trabalhadores em 2026 por doenças relacionadas à saúde mental.

Pressões no trabalho, desvalorização profissional e práticas de assédio moral marcam o cotidiano desses profissionais que adoecem principalmente por depressão e *burnout*.

Há uma expectativa que esse cenário melhore com as mudanças na NR-1 (Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho) que estabelece práticas de prevenção ao assédio moral e proteção à saúde mental dos trabalhadores.

Para discutir essas questões que afetam a rotina de milhares de docentes em todo o país, o

SinproSP reuniu em seu auditório, no dia 22 de abril, os pesquisadores José Roberto Heloani (Unicamp) e Cristiane Oliveira Reimberg (Fundacentro) além da procuradora Mariana Flesch Fortes (Ministério Público do Trabalho-SP). O debate foi coordenado por Sandra Caballero, diretora do SinproSP.

TRABALHO E ADOECIMENTO

Cristiane Oliveira Reimberg, jornalista e pesquisadora da **Fundacentro** recorre ao referencial teórico de Christophe Dejours (1), psiquiatra e psicanalista francês, para falar sobre a relação do trabalho com sofrimento e prazer. “O trabalho pode ser aquele que mortifica, que adoce, quando o ideal da empresa vai contra os meus valores. A partir desse embate ocorre o sofrimento, que pode ou não levar ao adoecimento”, destaca.

A Fundacentro - Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho é uma instituição pública vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego e tem como principal objetivo realizar pesquisas, estudos e ações educativas para promover a segurança, a saúde e o bem-estar dos trabalhadores. Foi criada pela Lei nº 5.161, de 1966, e possui como missão produzir conhecimento aplicado para subsidiar políticas públicas que promovam o trabalho seguro, saudável e produtivo.

Um outro ponto relevante é a relação homem-organização do trabalho. Para Dejours, “o sofrimento emerge quando essa relação está blo-

queada”. A pesquisadora explica: “Isso acontece quando o trabalhador usa todos os instrumentos para vivenciar um ambiente de trabalho saudável, mas não consegue. Então, a certeza de que o nível de insatisfação não pode mais diminuir marca o início desse sofrimento no trabalho”.

Por outro lado, ainda de acordo com Dejours, o trabalho também pode ser espaço de construção da subjetividade. “Quando eu tenho meu trabalho reconhecido, um ambiente de trabalho com autonomia, coletivo, em que os laços de solidariedade não estão rompidos, como a gente vê atualmente, o trabalho pode ser fonte de prazer e de realização”, diz Reimberg.

ASSÉDIO MORAL

Para conceituar o assédio moral, Reimberg cita a professora Edith Seligmann (2), médica psiquiatra e pesquisadora, autora do livro “Trabalho e desgaste mental”. De acordo com Seligmann, o assédio moral caracteriza-se por práticas repetitivas, sistemáticas e deliberadas que ferem a dignidade do trabalhador. O objetivo é desqualificar o profissional e desestabilizá-lo emocionalmente. Entre suas consequências, destaca-se o isolamento do indivíduo, fator diretamente relacionado ao desenvolvimento de transtornos mentais.

Como exemplo, Seligmann destaca situações como o ranqueamento de professores, classificando-os como melhores ou piores, e a imposição de metas muitas vezes inalcançáveis. “Essas práticas

estão sempre no limiar entre o assédio e o adoecimento mental”, avalia Reimberg.

A pesquisadora da Fundacentro aborda outra questão delicada tratada por Seligmann: o retorno de professores afastados por problemas de saúde. Uma volta ao trabalho que nem sempre acontece de forma acolhedora. Em muitos casos, o professor retorna e encontra um ambiente hostil, fica isolado, enfrenta olhares de desconfiança e, frequentemente, tem que lidar com a impossibilidade de exercer a docência da mesma forma que antes.

Há situações em que esse profissional é afastado da sala de aula e realocado em funções administrativas. Isso gera um impacto muito grande, porque a identidade do professor está profundamente ligada ao exercício da docência. “Então, isso também é um espaço tanto para a questão da violência no trabalho quanto para o aprofundamento dos adoecimentos mentais”, afirma Reimberg. A professora Seligmann sugere que, nessas situações, o profissional poderia ser realocado “para trabalhar com pequenos grupos, ajudar nos planejamentos, algo que o tornasse respeitado”.

De acordo com Seligmann, episódios depressivos acontecem, muitas vezes, após frustrações que podem estar ligadas a ocorrências de assédio moral. Entendido como uma violência psicológica, o assédio pode produzir trauma psíquico e levar ao Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), distúrbio de ansiedade decorrente de atos violentos ou situações traumáticas sofridas pela vítima. Sobrecarga de trabalho, falta de reconhecimento, ▶

1. Christophe Dejours (Paris, 1949) é considerado o principal criador e expoente da Psicodinâmica do Trabalho. Ele revolucionou o estudo da saúde mental ao focar na relação entre organização do trabalho e sofrimento psíquico.

2. Edith Seligmann-Silva é Médica Psiquiatra e pesquisadora no Campo da Saúde Mental e Trabalho. Pioneira dos estudos sobre saúde mental relacionada ao trabalho no Brasil.

interferência do trabalho na vida familiar são situações que podem levar ao adoecimento mental.

Segundo Seligmann, é urgente que sejam visibilizadas as formas de violência contra os professores, das agressões físicas aos vários tipos de assédio. Ela enfatiza que todas as modalidades de violência merecem atenção para que a prevenção se torne possível.

Christophe Dejours diz que uma das características contemporâneas do assédio moral é a solidão em que é colocada a vítima. Ninguém sai em defesa do colega e se recusam a testemunhar em seu favor. Dejours assinala que essas situações são perigosas psicologicamente e o resultado é o aumento considerável de crises psicopatológicas ligadas ao assédio.

Reimberg destaca estudos do professor e pesquisador José Roberto Heloani em conjunto com Margarida Barreto (3), pesquisadora renomada nas áreas de trabalho e saúde do trabalhador, e Maria Esther Freitas (4), professora e pesquisadora, segundo os quais, o assédio moral deve ser analisado do ponto de vista organizacional, o que “pode abrir espaço para o resgate de um ambiente mais colaborativo, mais honesto e mais saudável para as pessoas e os negócios”.

Para esses pesquisadores, quando a organização naturaliza a violência “desintegra o vínculo social, fortalece o individualismo predador, corrói a coo-

peração e a confiança, derrota a solidariedade e retira do homem a sua humanidade”.

MODELO DE GESTÃO

Para o professor José Roberto Heloani, os dados mais recentes (2025) do Ministério da Previdência que indicam 546 mil afastamentos de trabalhadores por doenças mentais são “aterrorizantes” e podem ser explicados como consequência do modelo de gestão que precisa ser combatido. “É um projeto neoliberal que prega a gestão baseada no mantra fazer mais com menos. Ela chegou, inclusive, ao setor público. Não é uma questão de lucro, vamos deixar claro, é de cortar custos cada vez mais. Nós temos menos pessoas trabalhando nos setores. Isso vale tanto para creches quanto para universidades”, afirma Heloani.

Reimberg segue a mesma lógica. Ela afirma que os problemas de saúde que afetam o trabalhador não devem ser individualizados, mas vistos dentro do todo. “Tem um sistema naquela escola, na organização do trabalho, que está dentro do sistema capitalista, de forma geral, que é o sistema da exploração do trabalho. Vai ter um cenário que possibilita o agravamento de uma doença e olha para esse adoecimento como uma questão individual, quando, na verdade, é uma questão organizacional”, diz.

Heloani cita a “plataformização” como outra característica do atual modelo organizacional. “É a hiperburocracia, como os franceses estão chamando. Uma nova forma de burocracia piorada. Tente conversar com o seu plano de saúde. Você não vai encontrar um ser humano para te ouvir, mas sim uma plataforma com a qual você vai tentar dialogar”. Segundo Heloani, sem interlocutor o sujeito se torna passivo, estabelecendo uma relação assimétrica em termos de poder. “É um modelo enlouquecedor, que isola, desqualifica o interlocutor, que se sente um idiota e, principalmente, impotente”.

Nesse contexto, Heloani observa que a questão identitária agrava a situação do professor. O docente constrói sua identidade a partir do reconhecimento dos alunos, dos colegas, da comunidade acadêmica. Quando esse reconhecimento é substituído por competição e métricas (metas) é desencadeada uma crise identitária que leva aos transtornos mentais e até a surtos psicóticos.

Esse sistema de gestão que adoce o professor é o mesmo que afeta o magistrado, o procurador e o profissional da área de saúde, explica Heloani. “Se você conversar com o médico que atende planos de saúde, vai saber que ele tem de 10 a 15 minutos, no máximo, para atender o paciente. Se pedir muitos exames, é descredenciado. É a lógica do grande capital financeiro que é quem manda, de fato, na sociedade”, afirma.

Heloani conta que a partir da experiência de construção de um **site** com foco no assédio moral, no início dos anos 2000, percebeu que, pelas denúncias e procura de apoio, as pessoas queriam conversar e esclarecer dúvidas sobre gestão e ambiente de trabalho – contratação, demissão, cobranças. O site, que saiu do ar durante a pandemia, chegou a ter oito milhões de acessos. Os responsáveis, no caso, ele e a mé-

dica Margarida Barreto, chegaram a receber 44.300 cartas. “A gente trabalhou muito em cima dessa ideia para tentar entender melhor esse processo e denunciar essa forma de gestão”, diz o pesquisador.

O site **'Assédio moral no trabalho: chega de humilhação!'** (assediomoral.org.br), criado por Margarida Barreto e Roberto Heloani, está temporariamente fora de serviço. De 2001 a 2019, foram contabilizados mais de 8 milhões de acessos e 44.300 cartas endereçadas apontando que 75% das mulheres que trabalham fora de suas residências já passaram por assédio sexual ou presenciaram, de forma próxima, tal abuso.



Além do site e do livro, Heloani também é responsável pela criação do **aplicativo** 'Trabalho Sem Assédio!' que tem como objetivos: informar conceitos e características de violências, discriminações e assédios – moral e sexual – no trabalho; desenvolver a autopercepção nas situações de violência, discriminação e assédios decorrentes do trabalho; fornecer informações sobre como agir frente a esses problemas citados; sistematizar dados relativos às características sociodemográficas, aos fenômenos pesquisados e às situações observadas e; prover acesso a diversos materiais que permitam informações sobre violências, discriminações e assédios (moral e sexual), que versem sobre os temas tratados na convenção 190, nas legislações específicas, literatura especializada e políticas públicas concernentes a essas questões. ▶

3. Margarida Maria Silveira Barreto. (1944-2022) foi uma médica e pesquisadora brasileira com destaque nas áreas de trabalho e suicídio, saúde do trabalhador, assédio e violência moral no trabalho.

4. Maria Esther Freitas é professora titular e pesquisadora aposentada da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, com atuação nos seguintes temas: relações interpessoais e ocorrência e prevenção de assédio moral no trabalho.

A iniciativa gerou o livro “Assédio Moral – Gestão por Humilhação”, publicado em 2018. O último que escreveram juntos. Margarida, pioneira no estudo do assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, faleceu em março de 2022, vítima de câncer.

“A gente observou que havia sim, uma gestão que de forma direta ou indireta, era humilhante. Uma gestão muito identificada no chão de fábrica que começou também a ser observada na medicina, no direito e, obviamente, na gestão de professores”, explica Heloani. De acordo com ele, essa estrutura organizacional exige que o trabalhador esteja sempre atuando, economizando, fazendo mais com menos, dando lucro, o que não é saudável para ninguém.

O pesquisador afirma que esse tipo de gestão, além de estressante, separa as pessoas e cria um ambiente de desconfiança entre os trabalhadores, fazendo com que o assédio moral se instale como um elemento “altamente funcional” na engrenagem.

Ele destaca o importante papel e parceria do Ministério Público, mas diz não acreditar no fim da prática do assédio moral, que ele define como “uma forma de gestão incontornável”. No entanto, entende que é preciso lutar por um modelo de gestão diferente, que não seja “patologizante”.

NOVOS AGRAVOS

Heloani chama atenção para o fato de, ao longo de séculos, não termos conseguido resolver os agravos decorrentes da atividade ocupacional, apesar de todo o conhecimento e avanço tecnológico. Ele cita Hipócrates, o Pai da Medicina (460-376 a.C) que, pela primeira vez, descreveu o saturnismo (intoxicação por chumbo) associando os sintomas à exposição ocupacional. Hipócrates observou que os mineiros que trabalhavam com chumbo sofriam com irritabilidade, insônia, fadiga e desânimo, sintomas que hoje são bastante conhecidos por trabalhadores de várias categorias, entre elas, os professores. “Não evoluímos absolutamente nada”, considera o professor.

“Não se pode descrever uma doença apenas pelos sintomas, a gente sabe disso, mas é interessante saber que esses mesmos sintomas foram descritos por Herbert Freudenberger (5) (1980) depois por Christina Maslach (6) (1981) que ao aperfeiçoar o protocolo sobre *burnout*, diz que o transtorno acomete geralmente cuidadores, profissionais da saúde e da educação”, explica Heloani.

A Síndrome de *Burnout* se caracteriza por três pilares, de acordo com Maslach: exaustão emocional (esgotamento, cansaço extremo); despersonalização (distanciamento mental, irritabilidade) e baixa rea-

lização profissional (sensação de ineficácia, incompetência e falta de conquista no trabalho).

“Se as minas de chumbo produziam aqueles sintomas nos trabalhadores (descritos por Hipócrates) agora, a sociedade pós-industrial de serviços é que está produzindo essa sintomatologia em todos nós. Se a gente pegar o CID 10 (7), o DSM 5 (8), vamos ver que a lista de ‘doenças’, entre elas, os transtornos mentais, cresceu. Até em termos de descrição, a lista aumentou”, comenta Heloani.

Ele afirma que episódios psicóticos ou surtos acometem professores e não só os que trabalham com crianças e adolescentes, mas também os que atuam nas grandes universidades, públicas, inclusive.

NR-1 REFORMULADA

Frente a um cenário de aumento no número de afastamentos por doenças mentais, especialmente entre os professores, há uma grande expectativa – não só desses profissionais, mas de todos aqueles que batalham pela saúde e melhores condições de vida dos trabalhadores brasileiros – em torno da aplicação da nova **Norma Regulamentadora número 1 (NR-1)** – cujo texto atualizado passou a vigorar no último dia 26 de maio, data de sua publicação.

PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE O CAPÍTULO 1.5 DA NR-1

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou em maio último a cartilha “Perguntas e Respostas sobre o Capítulo 1.5 da NR-1”, com orientações voltadas a empresas, trabalhadores e profissionais de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) sobre a gestão de riscos ocupacionais, com destaque para os fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho. O material tem caráter orientativo e busca esclarecer dúvidas sobre a aplicação das normas, especialmente no contexto do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO). Para ter acesso a este material, basta buscar pelo título no portal do Ministério do Trabalho e Emprego em www.gov.br.

A partir da nova redação da NR-1 – aprovada pela Portaria MTE nº 1.419/2024 – as empresas devem mapear estresse, assédio e *burnout*, além de incorporar no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) - e no Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) – ocorrências de assédio moral e sexual, pressão excessiva por metas e sobrecarga de trabalho. No teletrabalho, incluem-se ainda, a hiperconectividade e a dificuldade de desconexão.

Também é prevista a atualização do inventário de riscos com a inclusão de saúde mental e o reforço na consulta aos trabalhadores e à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio – CIPA – sobre a percepção de riscos no ambiente de trabalho. A nova norma não ►

5. Herbert Freudenberger (1926 - 1999) foi um psicólogo estadunidense nascido em Frankfurt, na Alemanha. Formulou o conceito de *burnout* – em inglês coloquial, “combustão completa” na década de 70, observando o esgotamento de dentro para fora, descrito como “queima” (*burn*) e “apagar” (*out*).

6. Christina Maslach, professora e psicóloga estadunidense, é coautora do Maslach Burnout Inventory (MBI), o instrumento mais utilizado no mundo para medir *burnout*.

7. A CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde) é um sistema global da OMS, publicado em 1992 e atualizado até 2019, que padroniza códigos alfanuméricos para doenças, sintomas, lesões e causas de morte. Essencial no Brasil para registros clínicos, atestados médicos e monitoramento pelo DATASUS.

8. O DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) é o principal guia da Associação Americana de Psiquiatria (APA) usado por profissionais de saúde mental para classificar, definir e diagnosticar transtornos mentais. Lançado em 2013, ele fornece critérios padronizados, códigos de diagnóstico e terminologia uniforme para pesquisa e prática clínica mundial.

trata de diagnósticos individuais, mas de condições coletivas.

As escolas também estão obrigadas a cumprir esses requisitos. A NR-1 estabelece fiscalização e aplicação de multa para os estabelecimentos de ensino que não a cumprirem.

As Normas Regulamentadoras são instrumentos legais da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) fundamentadas na CLT e definidas pelo MTE. Estabelecem obrigações para empregadores e trabalhadores com o objetivo de prevenir acidentes e doenças ocupacionais. Existem hoje 36 NRs vigentes voltadas para diversos segmentos.

A NR-1 foi editada em 1978 pelo então Ministério do Trabalho. O texto sofreu modificações em 1983, 1988, 1993, 2009 e duas grandes reformulações em 2019 e 2020. Em 2024, foi novamente alterada para incluir no seu escopo a prevenção às doenças mentais, atendendo aos anseios de várias categorias de trabalhadores.

ATUAÇÃO DO MPT

Mariana Flesch Fortes, procuradora do **Ministério Público do Trabalho em São Paulo (MPT-SP)**, explica o porquê da importância dessas novas regras. “Temos a perspectiva de começar a dimensionar o risco de adoecimento mental por meio desse arcabouço da NR-1 que passou por uma modificação. Agora, toda organização pública ou privada está obrigada a ter dentro do seu dimensionamento de risco, o adoecimento mental”.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) é o ramo do Ministério Público da União (MPU) que tem como atribuição fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista quando houver interesse público, procurando regularizar e mediar as relações entre empregados e empregadores. Cabe ao MPT promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados direitos sociais constitucionalmente garantidos aos trabalhadores. Também pode manifestar-se em qualquer fase do processo trabalhista, quando entender existente interesse público que justifique. O MPT pode ser árbitro ou mediador em dissídios coletivos e pode fiscalizar o direito de greve nas atividades essenciais. Compete, ainda, ao MPT propor as ações necessárias à defesa dos direitos e interesses dos menores, incapazes e indígenas, decorrentes de relações de trabalho, além de recorrer das decisões da Justiça do Trabalho tanto nos processos em que for parte como naqueles em que oficie como fiscal da lei.

Assim como os demais ramos do MP, o MPT exerce importante papel na resolução administrativa (extrajudicial) de conflitos. A partir do recebimento de denúncias, representações, ou por iniciativa própria, pode instaurar inquéritos civis e outros procedimentos administrativos, notificar as partes envolvidas para que compareçam a audiências, forneçam documentos e outras informações necessárias. É comum também requisitar diligências e fiscalizações por parte dos auditores fiscais do Trabalho que integram a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE, antiga DRT). Com base nos relatórios elaborados pela SRTE, os membros do MPT podem propor às partes envolvidas nos conflitos a assinatura de TACs, estabelecendo obrigações e a aplicação de multas em caso de descumprimento. Outra forma de atuação extrajudicial do MPT se dá com a produção de notificações recomendatórias, que podem se dirigir tanto a entes públicos quanto a empresas particulares ou segmentos de atividades econômicas. Representa uma espécie de alerta ou orientação preventiva para que se evite o cometimento de irregularidades passíveis de ações judiciais.

A procuradora Fortes afirma que essas medidas representam um marco para a saúde do trabalhador. “É a primeira vez que nós vamos exigir que as organizações abram os olhos formalmente para dimensionar esse risco”. Ela comentou que o MPT-SP estuda os critérios para fiscalização das novas regras. “A gente ainda não sabe todos os fatores que vão implicar no adoecimento mental nem tudo que a gente vai poder exigir que a organização coloque no seu PGR. Ainda temos que fazer um mapeamento”, disse.

Um mapa com dados estruturados é fundamental para a atuação do MPT. Em muitos casos, especialmente no setor público, não há um mapeamento consistente sobre a saúde dos trabalhadores.

Esse foi um dos desafios enfrentados pelo MPT-SP, em Ação Civil Pública de autoria da procuradora Mariana Fortes, que investigou a Secretaria Estadual da Educação de São Paulo (Seduc-SP) em 2020. A denúncia era que professores e servidores do órgão eram submetidos a condições de trabalho insalubres que colocavam em risco a sua segurança pessoal.

“Como órgão público que faz investigação, a gente pede que as empresas tenham o controle de exames periódicos dos trabalhadores que geram o relatório do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). A partir desse relatório, conseguimos tratar de políticas empresariais para prevenir riscos e melhorar a saúde daquele público de trabalhadores”, explica Fortes.

À época, não existia o PCMSO na Secretaria de Educação, um mapa ou qualquer outro tipo de ferramenta para monitorar a saúde e condições de trabalho de servidores e professores do órgão, num flagrante descumprimento de normas regulamentadoras. O PCMSO é previsto na NR-7 e tem por objetivo monitorar riscos ocupacionais por meio de exames médicos, protegendo a saúde do trabalhador. Todas as empresas que tenham funcionários sob o regime CLT são obrigadas a cumprir esse programa.

Numa vitória do MPT-SP a Justiça do Trabalho acatou a ação e determinou que a SEDUC-SP implantasse o Serviço Especializado de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) – e constituísse Comissão Interna de Prevenção de Acidente (CIPA) – nas unidades de abrangência da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

O órgão estadual que, inicialmente, questionou a competência do Ministério Público para tratar do caso, hoje está se organizando no sentido de colocar de pé um setor voltado para a saúde do trabalhador e isso só foi possível graças à atuação do MPT. Além dos procuradores, o MPT conta com uma equipe de profissionais, entre eles, engenheiros e médicos, que também auxiliam na produção de dados. “A partir dessas informações, a gente tem a possibilidade de levar à empresa uma proposta para ela adequar determinada conduta, sem que o MPT precise entrar na justiça”, explica Fortes. ▶

PESQUISAS, LIVROS E PUBLICAÇÕES

A Fundacentro, que completa 60 anos em 2026, tem em seu acervo vários estudos com foco na saúde e no trabalho dos docentes.

Entre 2004 e 2009, sob coordenação da professora e pesquisadora Leda Leal Ferreira (9) e metodologia desenvolvida por ela, o estudo “Condições de trabalho e repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil” buscou obter reflexões dos docentes de seis estados – São Paulo (rede pública e privada), Pará, Mato Grosso do Sul, Bahia, Piauí e Rio Grande do Sul – sobre os adoecimentos na categoria. Já nessa época, os transtornos mentais foram bastante citados nas entrevistas. O SinproSP participou dessa empreitada que resultou em duas resenhas e seis livros referentes aos estudos em cada estado, além de um relatório geral com os principais resultados da pesquisa.

O pesquisador da Fundacentro Jefferson Peixoto da Silva (10) coordenou um estudo (2014/2019) que colheu dados mostrando que o trabalho invade, afeta a vida pessoal e contribui para o adoecimento/transtorno mental do professor. O pesquisador é responsável na instituição, desde 2014, pelos estudos voltados para trabalho e saúde dos docentes.

Em outra frente, eventos realizados em 2016, 2017 e 2018 deram origem ao livro “Seminários

- Trabalho e saúde dos professores: Precarização, adoecimento & caminhos para a mudança” - tratando da saúde e condições de trabalho dos professores. O livro foi publicado em 2022 e conta com artigos de palestrantes nos três seminários, entre eles, Edith Seligmann, Amanda Macaia (11) e Renata Paparelli (12).

Os pesquisadores da Fundacentro também elaboraram, entre 2019 e 2022, relatórios sobre as “Condições de trabalho e saúde dos professores na perspectiva das políticas públicas”, abrangendo desde a educação básica até o ensino universitário, com recortes voltados para a EJA (Educação de Jovens e Adultos) e para professores universitários que também dão aulas em cursos virtuais, além de um estudo sobre estatísticas e indicadores epidemiológicos.

Um relatório técnico produzido pelos pesquisadores Cristiane Oliveira Reimberg e Jefferson Peixoto da Silva (2022) apresenta o mapeamento dos estudos realizados no Brasil sobre o que afeta a saúde do professor. O levantamento aponta que são três os principais adoecimentos que acometem os docentes: transtornos mentais e comportamentais; distúrbios vocais; e distúrbios osteomusculares. Um dos estudos registram que num universo de 52 mil professores, 48% apresentavam indicadores de *burnout*.

9. Leda Leal Ferreira é médica do trabalho e ergonomista aposentada da Fundacentro.

10. Jefferson Peixoto da Silva é historiador, pedagogo e pesquisador na Fundacentro com experiência nas áreas de história e ensino de história; educação; formação de professores; saúde do trabalhador; educação em segurança e saúde no trabalho; segurança e saúde no trabalho de jovens e aprendizes e; condições de trabalho e saúde de professores.

11. Amanda Aparecida Silva Macaia é graduada em Terapia Ocupacional com mestrado e doutorado em Saúde Pública. As pesquisas desenvolvidas inserem-se no campo da Saúde do Trabalhador e Saúde Pública.

12. Renata Paparelli é graduada em Psicologia, professora na PUC-SP e especialista em Saúde do Trabalhador pelo CEREST/SP.

Também teve destaque nesse mapeamento a pesquisa coordenada por Pedro Afonso Cortez (13) (2017) sobre os sintomas físicos e psíquicos decorrentes dos agravos sofridos pelos professores. No estudo, aparecem perda auditiva e problemas nas cordas vocais, além de exaustão emocional, estresse, insônia e síndrome de *burnout*, entre outros adoecimentos. Um outro aspecto abordado por Cortez é a relação que os professores estabelecem com o trabalho. Muitas vezes, a docência é vista como um sacerdócio e isso faz com que o envolvimento do professor com o trabalho seja muito intenso. Não é apenas uma atividade, o trabalho faz parte da identidade do sujeito. No plano organizacional, Cortez destaca jornada extensa, ruído e baixa remuneração.

Na mesma linha, as pesquisadoras Marcia de Paula Leite (14) e Aparecida Neri de Souza (15) destacam na publicação “Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil” (2011) questões

organizacionais que refletem na vida do professor, como atividade repetitiva, fragmentação das tarefas, ritmo intenso, longas jornadas, desvalorização, violência nas escolas, entre outros.

O estudo de Jefferson Peixoto da Silva e Marina Frida Fischer (16) (2020) “Invasão multiforme da vida pelo trabalho entre professores de educação básica e repercussões sobre a saúde” também integra o levantamento. O tema central é a repercussão do trabalho sobre a vida pessoal cotidiana de professores e a implicação no processo saúde-doença.

Todos esses estudos estão disponíveis na Biblioteca virtual da Fundacentro em <https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca> . ▶

Assista o vídeo:
<https://www.youtube.com/watch?v=h2e-aIT8Tho>



13. Pedro Afonso Cortez é Psicólogo e Professor do Magistério Superior no Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (IPUFU).

14. Márcia de Paula Leite possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo – USP, mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e doutorado em Sociologia pela USP. Atualmente é professora da Unicamp.

15. Aparecida Neri de Souza é Socióloga e Professora Colaboradora no Departamento de Ciências Sociais e Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP.

16. Frida Marina Fischer é professora titular do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da USP e editora associada da Revista de Saúde Pública.



FOTO: SERGIO MALTA DECOURT / SINPROSP

Participantes:

1. CRISTIANE OLIVEIRA REIMBERG é pesquisadora e jornalista. Desde 2012, trabalha na área de comunicação da Fundacentro, a qual passou a coordenar em julho de 2019. Foi repórter das revistas Proteção e Emergência e do Jornal Primeiro Passo, do Sintesp (Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho no Estado de São Paulo). É autora dos livros “Uma história sem heróis: Registros da luta por saúde e segurança dos trabalhadores”, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, e “Fundacentro: meio século de Segurança e Saúde no Trabalho”.

2. JOSÉ ROBERTO MONTES HELOANI é graduado em Direito e Psicologia. Professor Titular e pesquisador da Faculdade de Educação e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na área de Trabalho, Saúde e Subjetividade; é também professor conveniado junto à Université de Nanterre (Paris X). Pesquisa e estuda o tema Assédio Moral, Sexual, Discriminação e Ética no Trabalho. Com Margarida Barreto fundou o primeiro site sobre Assédio Moral no Brasil e a Rede Latino-Americana de Combate ao Assédio Laboral e Outras Manifestações de Violência no Trabalho.

3. MARIANA FLESCH FORTES é Procuradora do Trabalho no Ministério Público do Trabalho em São Paulo (MPT-SP), vinculada à Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região. Atua na defesa dos direitos fundamentais dos trabalhadores, com foco em temas de saúde, segurança e dignidade no ambiente de trabalho. Algumas das frentes de destaque incluem: Saúde e Segurança no Trabalho, Jornada e Descanso e Direito Coletivo. Atua ativamente no ajuizamento de Ações Cíveis Públicas (ACPs) para a correção de irregularidades que afetam categorias inteiras de trabalhadores, buscando indenizações por danos morais coletivos e a implementação de medidas preventivas.

Mediação:

4. SANDRA APARECIDA CABALLERO CHAGAS é professora de História e de Sociologia e diretora do SinproSP. É também membro da diretoria plena efetiva da CONTEE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, entidade sindical de terceiro grau que congrega 88 sindicatos e 10 federações de professores, técnicos e administrativos do setor privado de ensino, da educação infantil à superior – representando atualmente cerca de um milhão de trabalhadores brasileiros.

DICAS DE LEITURA

BARRETO, Margarida; HELOANI, Roberto. *Assédio moral e insegurança no emprego: seus impactos sobre a saúde dos trabalhadores*. In: Mendes, René (Org.). Patologia do trabalho, v. 1. Editora Atheneu, 2013. pp 661-672

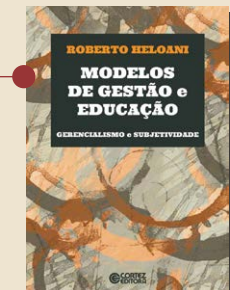
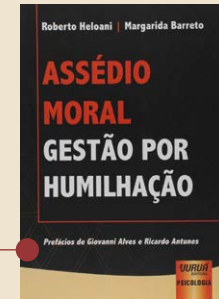
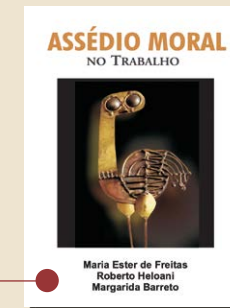
FREITAS, Ester; HELOANI, Roberto; BARRETO, Margarida. *Assédio moral no trabalho*. São Paulo: Editora Cengage, 2008.

HELOANI, Roberto; BARRETO, Margarida. *Assédio moral: gestão por humilhação*. Curitiba: Editora Juruá, 2018.

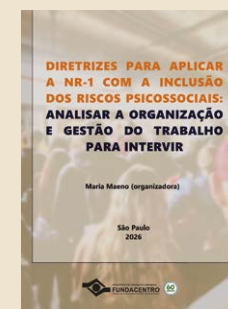
HELOANI, Roberto. *Modelos de gestão e educação: gerencialismo e subjetividade*. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

HELOANI, Roberto; BARRETO, Margarida. *Aspectos do trabalho relacionados à saúde mental: assédio moral e violência psicológica*. In: GLINA, Débora; ROCHA, Lys (Orgs.) Saúde mental no trabalho: da teoria à prática. São Paulo: Editora Roca, 2010.

HIRIGOYEN, Marie-France. *Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2010.



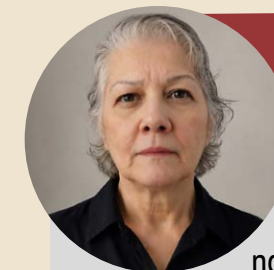
Livro orienta sobre aplicação da NR-1



Voltado para cipeiros, docentes, empregadores e trabalhadores em geral, o livro “Diretrizes para aplicar a NR-1 com a inclusão dos riscos psicossociais: analisar a organização e gestão do trabalho para intervir”, coordenado pela médica e pesquisadora da Fundacentro, Maria Maeno, oferece fundamentos teóricos, conceituais e práticos sobre a organização do trabalho e as relações de poder vigentes, que considerem o ponto de vista dos trabalhadores e das trabalhadoras e que contribuam para o aprimoramento das avaliações dos processos psicossociais no trabalho e a construção de medidas de proteção e promoção da saúde”.

Disponível em: https://fundacentro.primo.exlibrisgroup.com/discovery/delivery/55FJD_INST:Baseline/129069990009501 ●

Autoras:



TERLÂNIA BRUNO é jornalista com mais de 30 anos de atuação na imprensa sindical. Fez parte da equipe da OBORÉ e da Rádio Brasil Atual, emissora pública comandada por um pool de sindicatos de São Paulo.



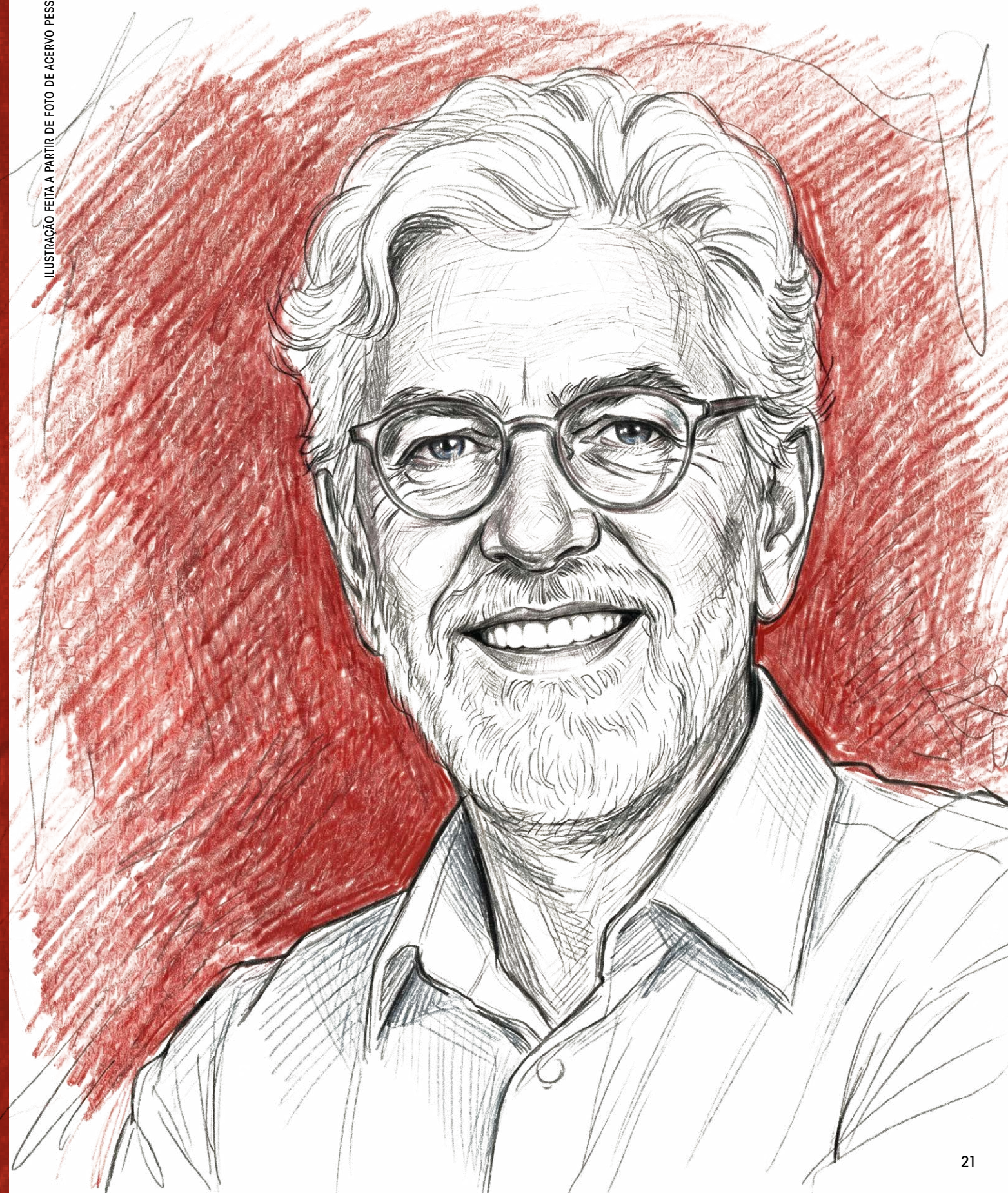
LUANA COPINI é jornalista e gestora de projetos com experiências em plataformas digitais, multimeios, comunicação e mobilização no terceiro setor.

UM CAMPO EM DISPUTA

Em entrevista exclusiva, o presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), CESAR CALLEGARI, destaca que os professores estão no centro do debate sobre o futuro da educação. Para o sociólogo, que em 40 anos de atuação na vida pública já foi deputado estadual, gestor e formulador de políticas públicas educacionais, a precarização do trabalho docente, mais do que um projeto, virou um negócio - daí a multiplicação de produtos e tecnologias que se propõem a alienar o professor para máquinas e plataformas.

Por LÚCIA RODRIGUES

ILUSTRAÇÃO FEITA A PARTIR DE FOTO DE ACERVO PESSOAL



Condecorado com a Grã-Cruz do Mérito Científico pelo presidente Lula em 2004, o sociólogo e educador Cesar Callegari, presidente do Conselho Nacional de Educação, o CNE, considera que os professores estão no centro do debate sobre o futuro da Educação.

Em um cenário de constantes ataques desferidos pela extrema direita, ele reforça que a valorização dos mestres é fundamental para o fortalecimento do conhecimento.

“No Brasil e no mundo, o exercício da profissão docente é permanentemente desafiado. Professores que apenas fornecem informações e conteúdos já não são sustentáveis. O novo professor que nosso tempo está a exigir é um facilitador de descobertas, da criatividade e da formação do espírito crítico dos seus alunos”, enfatiza.

Mas ressalta: “Contudo, se a escola, as redes de escolas, as secretarias e os governantes não respeitam e valorizam seus professores, essa fragilidade é percebida pelos alunos. A falta de estrutura e apoio aos profissionais são um sinal negativo para a autoridade e liderança que os educadores precisam exercer.”

Callegari destaca que o quadro é agravado pela precariedade da formação profissional. “A precarização da profissão docente, mais que um

projeto, para alguns é um negócio. Daí a multiplicação de produtos e tecnologias que se propõem a alienar o professor para máquinas e plataformas, transformando professores em meros tutores. Entretanto, em todos os casos de sucesso no mundo, a educação de boa qualidade se apoia cada vez mais nos bons professores, qualificados e valorizados. No Brasil, podemos e devemos agir assim. Temos bons exemplos domésticos a seguir.”

Ele frisa que quando se investe nos profissionais, a educação é que ganha. “Professores bem preparados, atualizados e com as devidas condições de trabalho e salário, são capazes de organizar e manter um ambiente saudável e produtivo para toda a comunidade educacional.”

O apagão do magistério, com o desprestígio da carreira que provoca o desinteresse pelas licenciaturas, preocupa o presidente do Conselho Nacional de Educação. Há pesquisas que apontam, por exemplo, que o Brasil terá um déficit de até 235 mil docentes em 2040.

“O chamado apagão do magistério já é uma realidade. Vivemos um paradoxo: de um lado, atualmente formamos mais professores em Pedagogia do que a demanda. Mas diante das precárias condições de exercício do magistério, a maioria não exerce a profissão. Por outro lado, temos escassez crônica de professores de Química, Matemática, Geografia, entre outras disciplinas. Por

“Em todos os casos de sucesso no mundo, a educação de boa qualidade se apoia cada vez mais nos bons professores, qualificados e valorizados.”

“A dissipação do problema [do apagão do magistério] depende da vontade política de uma elite dominante que até hoje fez da sonegação do direito à educação sua principal estratégia de controle social e manutenção de privilégios.”

isso, valorizar os que estão em exercício e formar uma nova geração de professores são ações tão urgentes quanto possíveis.”

Callegari alerta que a dissipação do problema depende, no entanto, da vontade política de uma elite dominante que até hoje fez da sonegação do direito à educação sua principal estratégia de controle social e manutenção de privilégios.

E frisa: “Educação é um campo de disputa”.

Em relação à utilização das novas tecnologias é direto na análise. “As novas tecnologias, inclusive a inteligência artificial aplicada à educação, devem auxiliar o processo educacional. Jamais substituir a escola e seus professores e jamais apenar as capacidades dos estudantes. Aprendemos quando criamos. Todo aprendizado é uma criação, sempre é inaugural para o aprendiz. Recursos tecnológicos têm que ser utilizados de forma ética e responsável, de modo a potencializar os atributos humanos, jamais desqualificá-los. E, muito menos, usados para constranger a atuação dos professores.”

De acordo com ele, o Conselho Nacional de Educação está atento e intervindo nessa questão.

“Ano passado, o CNE produziu diretrizes para o uso ético e responsável de telas e outros dispositivos pelas escolas de educação básica. Eles não podem ser um meio de distração e alienação. Se já fazem parte da nossa vida, as escolas, famílias e os próprios jovens

devem estar envolvidos no processo de letramento digital, construindo juntos uma cultura responsável e respeitosa de utilização desses novos recursos.”

E destaca: “Do velho e bom livro didático aos recursos tecnológicos empregados para a educação a distância e a própria IA, nosso desafio cotidiano é saber que nenhum deles é neutro, todos têm concepções embarcadas. O tempo todo temos que participar de escolhas com intencionalidade pedagógica e lutar para que se realizem em um ambiente democrático e inclusivo que respeite a diversidade e a pluralidade de nossa sociedade.”

Ao abordar o novo Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado recentemente pelo presidente Lula, Callegari atribui importância decisiva aos professores e à sociedade para que sua efetivação ocorra na prática.

“Traz um conjunto de objetivos, metas e estratégias, da creche à pós-graduação, que resultarão em avanços significativos. Mas como sempre, isso dependerá do engajamento da sociedade para garantir sua implementação.”

Os objetivos e as metas previstas no Plano só poderão ser alcançados se os profissionais da educação forem respeitados, valorizados e estimulados, segundo ele.

“O novo PNE deveria ter uma marca: Professores do Brasil”. E crava: “Somos muitos e, unidos e valorizados, de nós depende o êxito desse novo Plano”. ▶

Com um vasto currículo na área da Educação, em que já atuou como secretário de Educação Básica do MEC, o Ministério da Educação, secretário de Educação na cidade de São Paulo e secretário executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, além de também ter presidido a Comissão de Elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ser membro da Câmara de Educação Básica, entre outras atribuições desempenhadas ao longo da carreira, Callegari reforça que o novo PNE representa um avanço em relação ao anterior.

“Principalmente quanto ao sistema de monitoramento e avaliação, que agora será de dois em dois anos. É necessário fazer os ajustes durante o processo para que não tenhamos decepções ao final dos 10 anos. Lembrando que o PNE deve ser seguido pelos planos estaduais e municipais, para os quais todos nós temos que participar.”

O presidente do Conselho Nacional de Educação destaca que na última década, apesar do desgoverno Bolsonaro e da pandemia, o Brasil conseguiu resistir e avançar na área, graças a ação dos professores. Reconhece, no entanto, que ainda há déficits educacionais severos a serem superados.

“Praticamente universalizamos o acesso ao ensino fundamental, aumentamos muito o número de matrículas na educação infantil, conseguimos evoluir nas taxas de alfabetização na idade certa e na expansão das escolas em tempo integral. O mesmo com relação à oferta de educação técnico-profissional. Na educação superior, o país experimentou uma forte expansão de matrículas nas graduações, licenciaturas e em cursos de pós-graduação. Contudo, nesse período sofremos o impacto de dois grandes desastres: a pandemia e os descabimentos do governo Bolsonaro. Ainda estamos

tendo que lidar com os efeitos desses desastres. Se apesar disso conseguimos alguns avanços, isso se deveu à resistência dos profissionais da educação.”

Ele credita aos professores a força para essa transformação no cenário futuro. Só na educação básica existem 2,3 milhões de docentes no Brasil.

“Será com eles e por eles que o país poderá progredir em desenvolvimento e justiça social. Mas precisamos formar uma nova geração de professores capaz de dar conta do enorme estoque de dívidas educacionais que acumulamos historicamente. E, ao mesmo tempo, capaz de enfrentar os desafios geopolíticos, econômicos, tecnológicos, culturais e ambientais do nosso tempo. Essa nova geração de educadores tem a tarefa de formar os brasileiros que percorrerão o século XXI e estarão em atividade no século XXII.”

Defende ainda que essa nova geração de professores seja formada em tempo integral. “Com um currículo robusto e avançado, uma carreira nacional atraente e uma remuneração que atraia para a profissão docente os melhores entre os melhores. No CNE, nossa prioridade é a produção de diretrizes curriculares para as licenciaturas que sejam a base dessa nova geração de professores.”

Sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) considera que é uma conquista importante da educação brasileira. “Tem o mérito de enunciar dos direitos e objetivos de aprendizagem para todas as crianças e jovens brasileiros. Como toda produção curricular, tem defeitos e incompletudes que precisam ser enfrentados.”

E para enfrentar esses empecilhos, aponta a construção autoral dos currículos escolares. “A BNCC não é currículo, não é currículo único, tampouco currículo mínimo. Ela é, sim, inspiração para a elaboração crítica e participativa dos currículos e projetos pedagógicos das escolas e redes de escolas. Essa elaboração permanente cabe a todos nós. O MEC e o CNE já começa-

ram os estudos para a revisão da BNCC.”

O educador destaca que em sua gestão à frente do CNE já foram elaboradas as novas diretrizes curriculares do novo ensino médio que enfrentam itinerários que não contribuem para o conhecimento.

“Os itinerários formativos devem ser um aprofundamento da formação geral básica. Com isso, pretendemos acabar com a ‘farra’ dos itinerários formativos que em nada vinham contribuindo para a formação dos jovens brasileiros, produziam exclusão e aprofundavam desigualdades. Cursos de confecção de doce brigadeiro não formam para a cidadania. Os novos currículos a cargo dos sistemas estaduais de ensino devem se pautar por essa visão mais responsável”, frisa.

Callegari também é contundente na crítica às chamadas escolas cívico-militares.

“Sou totalmente contra a transformação das escolas numa espécie de quartel. Escolas militares são para formar militares. Escolas comuns devem ser espaços de experimentação onde dúvidas, questionamentos e um certo quê de rebeldia criativa devem ser sempre valorizados”, conclui. ●

SAIBA MAIS SOBRE O CNE

O Conselho Nacional de Educação é um órgão colegiado que faz parte do Ministério da Educação.

✓ Exerce atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação e colabora diretamente na formulação da Política Nacional de Educação.

✓ É composto pelas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior. Cada uma delas com 12 conselheiros. Os secretários de Educação Fundamental e Educação Superior do Ministério da Educação são membros natos da estrutura. Dentre as atribuições do Conselho e das Câmaras está a elaboração de pareceres.

✓ O Conselho Nacional de Educação também tem a função de assegurar a participação da sociedade civil no desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação com caráter nacional e de qualidade.

✓ O CNE busca constituir-se como espaço de fortalecimento com segmentos sociais e sistemas de ensino. Seu maior desafio é o de instaurar o diálogo efetivo e solidário com todos os sistemas de ensino em nível federal, estadual e municipal e construir a Política Nacional de Educação por meio da colaboração e cooperação.

Site: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne>

Todas as sessões deliberativas do plenário do CNE são públicas e abertas para acompanhamento dos interessados via YouTube:

<https://www.youtube.com/playlist?list=PL9nJ11ynWg3ezxehwNiXSSvK4HF84LkO9>



Autora

LÚCIA RODRIGUES é jornalista. Trabalhou em redações da grande imprensa e da mídia alternativa, como a revista Caros Amigos. Atualmente é editora do portal Holofote Notícias.

A ESCOLA COMO UMA COMUNIDADE DE CUIDADO: UM CAMINHO PARA FAZER FRENTE ÀS VIOLÊNCIAS

Conhecida como uma das principais referências nos estudos sobre clima escolar e as diversas formas de violência que atravessam a escola na contemporaneidade, Telma Vinha é professora e pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Desde 2005, dedica-se a investigar temas como a convivência, a violência escolar e o desenvolvimento da autonomia moral.

Por MARTA AVANCINI

Em um mundo pós-pandêmico, movido no ritmo acelerado das tecnologias da informação e marcado por violências, a escola precisa funcionar como uma comunidade de cuidado. Essa é a visão da pedagoga e pesquisadora Telma Vinha, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Para ela, a escola como comunidade de cuidado é o caminho para fazer face às diversas formas de violência que a atravessam de maneira crescente e cada vez mais intensa, como indicam levantamentos recentes. Essa escola, porém, é uma construção coletiva ao longo do tempo, que perpassa a mudança das relações, espaços de diálogo e escuta, engajamento e condições de trabalho adequadas para os profissionais da escola. Exige ainda constância e persistência, pois a mudança precisa estar profundamente vinculada às características e modo de funcionamento de cada instituição de ensino.

Ao mesmo tempo, é uma escola essencial nos dias de hoje, pois é nela que as crianças, adolescentes e jovens aprendem a conviver e a lidar com a diversidade – dois fundamentos da vida democrática.

Conhecida como uma das principais referências nos estudos sobre clima escolar e as diversas formas de violência que atravessam a escola na contemporaneidade, Telma é coordenadora associada do Grupo de Estudos e Pesquisas em

Educação Moral (Gepem). Desde 2005, o grupo pesquisa a convivência, a violência escolar e o desenvolvimento da autonomia moral.

Leia, a seguir, a entrevista que Telma Vinha concedeu para esta edição da Giz.

GIZ O que sabemos, hoje em dia, sobre a violência na escola no cenário atual, tão marcado pela vida digital?

TELMA VINHA Atualmente, a gente sabe que a violência se desmembra em vários subtipos, mas eles são integrados. Geralmente as pessoas entendem tudo como violência ou tudo como indisciplina ou só *bullying*, mas é preciso compreender cada um desses fenômenos.

Existem violências que invadem a escola, por exemplo, os ataques de violência extrema ou mesmo tráfico de drogas. Também há as violências institucionais, quando uma escola minimiza um ato de racista tratando-o como uma brincadeira. Ou quando acontece *bullying* e as ações da escola são para se resguardar, adotando regras abusivas ou sanções expiatórias, e não para proteger as crianças e os adolescentes.

Há os problemas de convivência dentro da escola, que se dividem em dois grandes grupos. Veja que eu uso o termo “problema de convivência” para ir além da violência, porém eles são interligados. ▶



FOTO: SECOMUNICAMP

Existem as incivildades, manifestações que perturbam, atrapalham. São pequenas provocações como bater o braço na mão do outro de propósito para a caneta voar, alguém pede um estojo, o colega joga lá de trás da sala de aula. O problema das incivildades está na intensidade e na frequência, chegando a transformar uma classe num caos.

A indisciplina é outra manifestação perturbadora, ela é uma desconexão dos estudantes dos momentos de aprendizagem. Existe também a transgressão - o desrespeito às normas acordadas.

Cada tipo de problema de convivência está relacionado à aprendizagem de intervenções específicas, para cada tipo. A incivildade requer atuar para que os estudantes compreendam a diferença de como se portar no espaço privado e no espaço público coletivo. É a aprendizagem da convivência no espaço público. A indisciplina passa por uma reconexão em situações de aprendizagem.

Mas há também as manifestações violentas, agressivas: a violência dura, que é colocar uma bomba na escola. A cyberagressão, o *bullying*.

Existem as chamadas violências estruturais - racismo, machismo, misoginia e homofobia - que também permeiam todas as outras. O *bullying* que pode ser só o *bullying*, mas pode ter um componente homofóbico, um componente racista. Às vezes, existem várias camadas no mesmo fenômeno.

GIZ **Que tipo de desafio essa variedade de manifestações impõe à escola?**

TELMA VINHA Quando as escolas desconhecem essas diferenças e lidam com os problemas como se todos fossem iguais - só indisciplina, só violência - as intervenções tendem a ser ineficazes, e a comunidade escolar perde as oportunidades de

aprendizagem que essas situações podem trazer.

É preciso fazer um planejamento para os principais tipos de problemas, porque geralmente eles são interligados.

GIZ **O que significa planejar nesse contexto? Como a escola pode atuar de uma maneira planejada no enfrentamento da violência e demais fenômenos?**

TELMA VINHA Nos nossos estudos temos visto que a escola atua de maneira reativa aos problemas, aos conflitos, o que é exaustivo. E isso tem acontecido cada vez mais por causa do aumento dos problemas de convivência.

O planejamento envolve quatro procedimentos. Um é a atenção, quando há uma violência instaurada. Neste caso, é possível usar um método de preocupação compartilhada, alguma coisa que ajude a lidar com a violência instaurada.

Também existem procedimentos de promoção, que é trabalhar a partir das vivências dos estudantes - assembleias, rodas de conversa, um trabalho com as habilidades socioemocionais.

Um terceiro tipo são os procedimentos de prevenção: projetos, comissões, um trabalho com as questões sociais, introdução do assunto no currículo.

O quarto é o acompanhamento, principalmente em escolas para adolescentes, pois eles não costumam comunicar os problemas aos adultos. Quando relatam é para os amigos.

No entanto, as pesquisas sobre clima escolar mostram que a perspectiva do adolescente é diferente da do adulto. Para os adolescentes, geralmente tem muito conflito e para os adultos, não. Então, quando se fala em procedimentos de atenção, prevenção, acompanhamento não é possível atuar somente a partir da perspectiva dos adultos. ▶

A violência se desmembra em vários subtipos, mas eles são integrados. Geralmente as pessoas entendem tudo como violência ou tudo como indisciplina ou só *bullying*, mas é preciso compreender cada um desses fenômenos.

E não é porque eles não são atentos, é por causa das características dessas relações.

Então, uma escola que foca a convivência tem que necessariamente envolver as crianças e os adolescentes nessa discussão.

E por fim, também se atua em três vias: a primeira é a via curricular, que é uma via do pensar, do estudo com os profissionais da escola e com os adolescentes.

A segunda via é a institucional, são processos de mediação, comunidades de apoio ou assembleias. E, por fim, procedimentos que melhorem a qualidade das relações interpessoais: aprender formas de falar diferente quando você está bravo, formas de se relacionar, perceber como o conflito é visto. Tudo isso melhora a qualidade das relações.

GIZ Conflitos sempre existem. Mas como uma escola pode sair do lugar da reatividade e sustentar um bom clima escolar?

TELMA VINHA Não é possível transformar de fato a qualidade das relações, a melhoria do clima, se não existirem espaços sistematizados, remunerados e frequentes de formação continuada. É preciso estudar o que está acontecendo a partir da realidade. Então, isso mexe nas condições de trabalho porque é preciso tempo e espaço.

Se existe um caso de incivildade no 7º ano, por exemplo, os professores precisam compreen-

der quais atuações deles pioram as incivildades, o que pode ser feito na gestão da sala para reverter. Também é possível definir coletivamente estratégias para melhorar o ambiente, desenvolver protocolos, usar estratégias para dar tempo para os estudantes se organizarem. Os professores podem estabelecer, entre eles, gestos, condutas que todos vão adotar no 7º ano. Para tudo isso, é preciso tempo. Não adianta fazer manual, guia, isso não funciona.

Além disso, precisa ter um espaço na escola sistematizado e frequente para os estudantes, em que a

convivência seja objeto de discussão - os dilemas morais, as questões atuais. Não como doutrinação, mas como reflexão. Momentos em que eles possam falar sobre convivência, sobre o que está bom, o que não está.

É nesse espaço, por exemplo, que ocorrem as assembleias com os estudantes. Também é importante fazer um trabalho contínuo sobre a questão midiática no currículo, a educação digital.

E trazer um trabalho sistematizado nos currículos com as questões afrocentradas, as questões de gênero, as questões da deficiência tanto em projetos específicos quanto de forma transversal, pois são questões que não podem ser negligenciadas tendo em vista a melhoria do clima escolar. E, além disso, a cultura do diálogo.

No atual cenário, em que o professor tem uma carga horária picotada, em que as turmas são grandes, é muito difícil ouvir os alunos. É humanamente impossível - mesmo em escolas particulares, especialmente nas séries mais avançadas.

Como fazer isso, então? Um caminho pode ser realizar práticas restaurativas, círculos de diálogo uma vez por mês com as turmas. Criar um espaço seguro, em que eles vão falar de si. Outra possibilidade são as assembleias - para os estudantes e os profissionais, para que eles possam falar das dificuldades e pensar juntos.

É preciso ter profissionais e mesmo estudantes preparados para atuar com a mediação de conflitos. Aí, enquanto a assembleia trabalha no âmbito coletivo, a mediação de conflito estruturada trabalha com os conflitos pontuais, as brigas na internet, as provocações entre grupos.

A escola também pode fazer um mapeamento das relações, identificar os alunos que estão excluídos e introduzir uma “política de cuidado”: a gente olha nos olhos para falar, cumprimenta, pergunta das pessoas. E ao mesmo tempo coloca um professor para cada cinco, seis alunos. Ele não vai cuidar de todos, mas ele vai construir o vínculo, vai se aproximar, vai perguntar.

Por fim, a escola pode ter as comunidades de apoio, que são os próprios adolescentes cuidando uns dos outros. Eles vão envolvendo os estudantes, identificam quem está excluído e incluem. Nós não sabemos quem se automu-

tila, eles sabem, então sabem pedir ajuda.

O cenário atual não é simples, e não é simples porque as questões estão muito mais complexas. Por isso, cada vez mais, a gente coloca a escola como espaço coletivo de cuidado. A gente luta pelo atendimento psicossocial para as redes de ensino. Isso tem que acontecer, porque a escola sozinha não vai dar conta. Ao mesmo tempo, nós precisamos dar conta enquanto comunidade, a gente precisa ter o lugar do cuidado, do diálogo e da responsabilidade. Está superada a ideia de que uma pessoa, um orientador cuida. A convivência é responsabilidade de todos.

GIZ Então, é preciso haver uma mudança na relação entre adultos e estudantes no ambiente escolar? Ao mesmo tempo, parece que está mais difícil constituir esses espaços de cuidado coletivo, de escuta na escola. O que você pensa sobre isso?

TELMA VINHA Você tem toda razão e é por isso que as soluções do passado não dão conta nem

de longe da complexidade das questões atuais. A gente teve um aumento muito grande das violências e problemas de convivência nas escolas, principalmente depois da pandemia. Os dados mostram isso. Na rede estadual de São Paulo, o Conviva SP registrou 30 mil casos em 2019. Em 2022, foram 71 mil.

É claro que o trauma coletivo da pandemia influenciou nesse aumento, mas a gente esperava um declínio. ▶

Uma escola que foca a convivência tem que necessariamente envolver as crianças e os adolescentes nessa discussão.

Mas em 2023, foram 88 mil registros. Estamos trabalhando com os dados de 2024 a 2025, a gente imaginava que ia ter um declínio, também não teve. A agressão física subiu quase 40%, a agressão verbal, 27%. O *bullying*, 48%.

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) mostra que 27% dos estudantes dizem que são vítimas de *bullying*. Cerca de 13% dizem que não se sentem seguros na escola.

E uma coisa importante é que cada vez mais a sociedade passa a ter consciência dessas violências. Nesse sentido, a PeNSE traz que em torno de 20% dos estudantes já passaram por uma situação em que alguém tocou, manipulou o corpo da pessoa sem que ela quisesse e 8% dizem que foram obrigados a ter relação sexual. Antes, essa manipulação, esse toque não era visto como violência, agora é visto como violência.

Mas também existem outras questões, tudo está interrelacionado. A PeNSE tem dados que mostram muitos adolescentes em sofrimento emocional, desejam se autolesionar, não veem sentido na vida.

Então, quando definimos a escola como um espaço de cuidado é porque a sociedade mudou, principalmente nos últimos dez anos. Então nós temos que mudar junto.

GIZ **Você acha que a pandemia foi um marco nisso ou tem a ver com a aceleração do mundo digital?**

TELMA VINHA Muitas coisas interferem nesses números. A pandemia, sem dúvida. E na pandemia houve uma inserção digital enorme e outras coisas vieram junto: um monte de coisa que acontecia na *darkweb*, com a evolução das tecnologias, passou para a superfície da internet.

Ao mesmo tempo, na pandemia a tecnologia foi uma benção que nos conectou, mas os adolescentes ficaram absolutamente imersos, perderam “laços frágeis” - aquela pessoa que é uma paquerinha, uma colega ou funcionário e, com o tempo, pode virar uma relação, um novo amigo.

Além disso, tem fortalecimento do neoliberalismo, o individualismo, o produtivismo, o êxito a

qualquer custo, essa sociedade do cansaço. Tem as redes sociais, estamos aprendendo a lidar. Então, veja, apesar dos nossos esforços, a escola não é suficiente.

O que nós sabemos em termos de pesquisa, é que não existem saídas fáceis, que a escola sozinha não vai dar conta. Então, é por isso que se articula esse monte de políticas públicas.

Cada vez mais, sabemos que nós temos que trabalhar com as escolas, no sentido de uma comunidade de cuidado.

É preciso trabalhar as habilidades de fortalecimento, habilidades para lidar com as situações. Esses temas têm que entrar na escola. Não é só uma questão de aprendizagem curricular. Ela é fundamental, mas é preciso fortalecer a aprendizagem do cuidado, a aprendizagem da proteção, a aprendizagem da vivência em comunidade. E isso só pode acontecer na escola de maneira coletiva.

É somente na escola que você ensina o sentido do coletivo, da igualdade, no sentido de humanizar, conversar com o outro, olhar para o outro, entender uma perspectiva diferente.

A família é a primeira instituição socializadora, nós sabemos, e a escola é a segunda. Mas

Cada vez mais, sabemos que nós temos que trabalhar com as escolas, no sentido de uma comunidade de cuidado. É preciso trabalhar as habilidades de fortalecimento, habilidades para lidar com as situações. Esses temas têm que entrar na escola.

a família é quem vai passar os valores da sua comunidade, que podem ser o respeito, mas também pode ser a misoginia, a homofobia. E a escola é onde a criança aprende a lidar com a igualdade, não igualdade funcional, mas de princípios, de regras. É a escola que vai ensinar a lidar com as diversidades e transformar esses valores em valores socialmente desejáveis. Então, aprend-

der a conviver, a fortalecer os valores democráticos, só pode acontecer na escola. ●



Autora

MARTA AVANCINI é jornalista de educação. Atua como editora pública na Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca) e como professora de jornalismo na Universidade Paulista (Unip).

Não é possível transformar de fato a qualidade das relações, a melhoria do clima, se não existirem espaços sistematizados, remunerados e frequentes de formação continuada. É preciso estudar o que está acontecendo a partir da realidade. Então, isso mexe nas condições de trabalho porque é preciso tempo e espaço.

FOTO: MÍDIA NINJA

O SOBERANO DA DEMOCRACIA É O POVO

LUIZA ERUNDINA dispensa apresentações. A paraibana de Uiraúna fez história na capital paulista. Em 2026 cumpre seu décimo mandato eletivo: sete vezes deputada federal, uma vez deputada estadual em São Paulo, uma vez vereadora na Câmara Municipal de São Paulo – seu primeiro cargo eletivo – e uma vez prefeita da cidade de São Paulo, a primeira mulher a assumir o cargo.

Por FÁBIA RENATA S. DE OLIVEIRA

Sua gestão na Prefeitura foi histórica. Inverteu a lógica de investimentos dos recursos públicos na cidade e priorizou saúde, educação, transporte, cultura, meio ambiente, habitação e as periferias, sempre com participação popular. Para a deputada, o povo é o soberano da democracia, como destacou nessa entrevista concedida à revista Giz, em maio de 2026.

Na conversa com diretores e equipe de comunicação do SinproSP, Erundina, hoje com 91 anos, analisou a atual situação da nossa democracia, em um ano importante de eleições presidenciais. Falou também sobre a necessidade de incentivar os jovens a participar da política, desde os conselhos escolares até o primeiro voto, a importância de votar com consciência, escolher bem os representantes no Poder Executivo e no Poder Legislativo.

Relembrou do amigo, o filósofo e educador Paulo Freire, que foi Secretário Municipal de Educação em sua gestão na Prefeitura de São Paulo, e seus ensinamentos sobre esperar, a esperança como processo revolucionário.

Erundina também lembra da infância na Paraíba, onde viu as primas se casarem, terem um monte de filhos e reproduzirem a relação de dominação dos donos da terra sobre os trabalhadores rurais. Foi ali que decidiu estudar e, com o sonho de mudar o mundo, se casou com a política.

Leia os principais trechos da entrevista.

CELSO NAPOLITANO Deputada, muito obrigado. É uma honra imensa tê-la conosco aqui. Nós já a recepcionamos várias vezes aqui no nosso auditório. A senhora faz do nosso auditório a sua casa e deve sempre considerá-lo assim. Essa é a casa das pessoas combativas, democratas e que utilizam do mandato para proteger os mais vulneráveis. Isso a senhora fez a vida inteira. Não é nenhum confete dizer que a senhora foi a melhor prefeita que essa cidade já teve, e num tempo em que as questões políticas aqui em São Paulo eram muito sombrias. Então, é com muita alegria e uma honra imensa tê-la aqui conosco junto com grande parte da diretoria [do SinproSP], entrevistando-a para a nossa revista Giz.

E nunca é demais dizer que é uma honra e um prazer imenso tê-la aqui e ainda receber esse elogio em relação ao nosso trabalho como diretoria do sindicato. Aqui na diretoria, o que fazemos é exatamente isso, tentar organizar os professores, as professoras, para que tenhamos as melhores condições de trabalho junto às instituições de ensino privadas no município de São Paulo.

Para iniciar a conversa, temos várias pessoas que compõem a nossa diretoria e vou, rapidamente, apresentar os nossos amigos e amigas que estão aqui. Professor Fábio Zambon, professora Rita Fraga, professora Lidiane Christovam, a Luma, que é a nossa assessora de comunicação,



FOTO: PROJETO FALA SP/LUIZINHO

professora Maria Sofia, professora Beth Vespoli, professor Dorival Bonora, professor Iberê, professora Silvia Celeste Barbara e professor Walter Augusto de Moraes. Todos nós somos seus fãs, tenha certeza disso.

Muito bem deputada, vou dar início a essa nossa conversa e agradeço a sua gentileza, sei bem do seu trabalho, que a senhora está cansada, chegou tarde da noite e está aqui para nos atender. Então, para começarmos esse bate papo, como é que a senhora analisa o atual estágio da nossa democracia? Como estamos em termos de avanços democráticos? Com está o atual avanço da extrema direita global e nacional? Quais são as perspectivas para 2026? Como o campo progressista deve se apresentar para essas eleições de 2026, que são eleições significativas e de grande importância no cenário nacional?

LUIZA ERUNDINA Antes de entrar no tema que você propõe agora, quero dizer que nossa última reunião na sede do SinproSP, que temos usado constantemente por cessão e generosidade por parte de vocês, foi para tratar de um tema muito atual e preocupante que é a questão do feminicídio. Fizemos uma reunião com 30 entidades ligadas ao combate à violência contra a mulher e levamos para a discussão a necessidade de uma estratégia junto com a sociedade para enfrentarmos essa tragédia, que é o feminicídio.

É um absurdo que o Brasil seja o 5º país do mundo que mais mata nossas mulheres. São quatro mulheres assassinadas a cada dia nesse país. É inaceitável, é cruel. E fizemos no sindicato uma reunião muito rica e muito promissora, que gerou uma carta dos paulistas, articulando nossa atuação em relação ao Pacto Nacional Brasil contra o Femicídio, que o Presidente Lula lançou em fevereiro, junto com os outros Poderes da República, o Legislativo e o Judiciário. ▶



Foto acima, a deputada Luiza Erundina fala para estudantes da FFLCH/USP, em 2018. No alto da página, a prefeita Luiza Erundina lança o projeto Fala São Paulo, em 1989, com o objetivo de promover debates com a população em praças da cidade.

“

Nas campanhas deste ano, sobretudo as lideranças populares, têm que se organizar, se mobilizar e definir uma estratégia para fortalecer o processo eleitoral. Não podemos correr o risco de a direita voltar ao poder central no país.”

Entrando agora, Celso, na tua indagação sobre como é que vejo as eleições próximas, praticamente eleições gerais, é muito importante e numa conjuntura como você mesmo destacou, de uma enorme polarização entre a direita e a esquerda, é mais um enfrentamento que temos que fazer com o avanço das forças reacionárias de extrema direita no país, que ameaçam, inclusive, as conquistas da democracia que tem custado na história brasileira muito sacrifício do povo e das nossas lideranças.

É preocupante por conta de que a democracia só se consolida, só se preserva, quando os poderes são exercitados. Lamentavelmente, a democracia brasileira quase que se limita à democracia representativa e de governo, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. A verdadeira democracia supõe um outro poder que deveria ser o número um, se não zero, que é o poder popular.

No passado, nossas instituições tinham uma estrutura de base importante, que eram os núcleos de base, que contribuíam fundamentalmente para a educação política das lideranças de base nas comunidades locais da periferia da cidade, no nível do território.

Muitas lideranças se formaram e emergiram no país, graças à atuação de instituições como Partido dos Trabalhadores que, na sua origem, que era diferenciada, entre outras razões, pelo fato de ter uma estrutura democrática, núcleos de base, discutindo os destinos do país e a própria situação do país a partir do território das comunidades locais.

Tivemos também as comunidades eclesiais de

base da Igreja Católica, que foi uma rede importante na construção de uma democracia que tinha como preocupação o poder popular, porque sem o poder popular organizado, mobilizado e consciente do seu papel na construção da democracia, a democracia está sempre sob risco e imperfeita.

Além das dificuldades que a própria democracia representativa vem apresentando ao longo do tempo e, particularmente nos dias de hoje, o último governo, antes do atual, realmente comprometeu muito as conquistas democráticas

e gerou um retrocesso enorme que agora temos que enfrentar para impedir que volte. Lamentavelmente, nos preocupa muito.

Nas campanhas deste ano, sobretudo as lideranças populares, têm que se organizar, se mobilizar e definir uma estratégia para fortalecer o processo eleitoral. Não podemos correr o risco de a direita voltar ao poder central no país. Isso seria algo inadmissível, algo que seria difícil de enfrentar. Vamos enfrentar no que vier, mas vamos impedir que aconteça isso.

A educação política dos brasileiros e das brasileiras, deve ser no sentido de despertar na cidadania a importância da escolha dos representantes do Poder Legislativo.

Em relação ao Poder Executivo é mais direta a compreensão da importância de eleger o Prefeito, a Prefeita, o Governador, a Governadora e o Presidente da República ou a Presidente da República. Porém, a sociedade civil brasileira tem descurado muito e não tem tido uma preocupação e

uma dedicação maior na definição dos seus representantes do Poder Legislativo. Num presidencialismo de coalizão, como é o nosso, o Presidente da República, nem sempre, ou quase nunca consegue eleger a maioria no Congresso Nacional.

Isso termina representando uma dificuldade de governabilidade, porque o atual presidente, nosso presidente, o Lula, enfrenta essa dificuldade de não ter uma maioria no Congresso, seja Câmara, seja Senado, então, para as próximas eleições, nós temos que ajudar os eleitores e as eleitoras brasileiras e brasileiros a ter mais critério na escolha dos seus representantes do Poder Legislativo, para que a gente consiga ter uma governabilidade.

Essas eleições são muito importantes, apresentam riscos reais de retrocesso da democracia no país e aqui é uma responsabilidade nossa, de cada cidadão e cidadã brasileiro, independentemente se tem ou não tem uma atuação parlamentar ou uma atuação de governo.

Qualquer cidadão e cidadã brasileira que preza e que já pagou caro pela democracia no país no enfrentamento à ditadura militar, que durou 21 anos e que deixou sequelas que ainda subsistem na nossa vida democrática, tem que estar alerta, atuante e preparado no sentido de ajudar uma escolha mais responsável, de preservar as conquistas democráticas e ampliar e fortalecer essas conquistas que, na atual conjuntura, se encontram absolutamente ameaçadas pelo que vem acontecendo nos últimos anos em nosso país.

CELSONAPOLITANO Obrigado, deputada. Realmente, a sua análise é muito lúcida e é esse

mesmo o nosso trabalho e o nosso dever, principalmente enquanto professores, que criamos uma consciência crítica nos nossos estudantes, para que possam refletir no sentido de ter um parlamento que efetivamente represente os anseios daqueles que são mais vulneráveis, das pessoas que necessitam efetivamente de um trabalho que possa resolver em parte a situação deles, o Governo de coalizão. Isso é complicado, por isso que a sua análise é lúcida nesse sentido, de termos que eleger um parlamento progressista, um parlamento com deputados e deputadas, senadores e senadoras que tenham esse viés progressista.

Quero agora abrir a palavra para meus colegas, para que possam também se posicionar e fazer a sua pergunta à senhora deputada. Quem é que se habilita? Professora Lidiane Christovam, por favor.

LIDIANE CHRISTOVAM Boa tarde, deputada Luiza, é uma honra estar aqui com a senhora. Vou

aproveitar o gancho do professor Celso, ainda na linha de perguntas relacionadas à questão do enfrentamento que estamos tendo, não só a nível nacional, mas também com a extrema direita mundial, relacionado ao que podemos hoje, conciliar ou pensar na governabilidade para manter a nossa pauta histórica e estrutural. O que os partidos progressistas podem e devem colocar para essa geração que hoje está com o seu título de eleitor em mãos pela primeira vez? ▶

“

A democracia vive sob ameaça se não houver participação política no território, no ambiente de trabalho, na vida cotidiana de cada cidadão e cidadã.”

LUIZA ERUNDINA Olha, professora Lidiane, é um prazer conversar aqui com você através desse meio fantástico que é a Internet. E a tua preocupação é pertinente e preocupada com a governabilidade. Governei essa cidade com minoria no Poder Legislativo e não foi fácil, mas o que, de uma certa forma, viabilizou aquela gestão, que já tem mais de 30 anos, mas deixou uma memória, foi um governo com uma composição de secretários e dirigentes de base, pessoas comprometidas politicamente, competentes, que deram uma enorme contribuição à cidade de São Paulo.

O peso que essa cidade tem no país contribuiu para fazer avançar a democracia naquele momento e que formou quadros, pessoas e segmentos da sociedade que ainda hoje contribuem para que não só garanta governabilidade a um futuro governante, mas que ajude o povo a decidir de forma responsável e comprometida, porque democracia se constrói com participação popular.

A democracia representativa será frágil e vive sob ameaça se não houver democracia direta, a democracia resultante da organização e da participação política dos cidadãos no território, no seu ambiente de trabalho, enfim, na vida cotidiana de cada cidadão e cidadã.

Nesse momento, nós temos que entender que a juventude tem sido massacrada por essa mídia eletrônica, com conteúdos e mensagens que não contribuem para formar consciência política e cidadã dos jovens e dos segmentos em geral.

Temos que fazer o enfrentamento com relação às forças de extrema direita, que usam de forma muito competente esse meio de comunicação de massa, que é a mídia eletrônica. E, às vezes, nós, do nosso campo progressista democrático, não temos conseguido acumular experiência e formar quadros que consigam usar de forma mais competente esses meios para enfrentar exatamente o oposto à nossa mensagem, ao nosso compromisso e à nossa história de luta democrática no país.

A democratização da comunidade de ensino é um mecanismo a ser mobilizado, particularmente na atual conjuntura, para contribuir para que os jovens, que já estão em idade de tirar o seu título de eleitor e se tornarem cidadãos plenos, possam decidir sobre o governo do seu país, do seu estado e do parlamento brasileiro.

É preciso que façamos um trabalho de estímulo e de busca de tomada de consciência da juventude e de outros segmentos da sociedade sobre a responsabilidade de cada um sobre o que será o futuro do nosso país, do nosso estado e, portanto, o futuro do Brasil.

Então, é um momento decisivo. E como foi dito pelo professor Celso, e que comentamos um pouquinho antes, a responsabilidade que temos diante dessa conjuntura eleitoral, e que somos educadores, somos responsáveis, mais do que qualquer outro brasileiro ou brasileira, com o desempenho eleitoral da juventude.

A qualidade do resultado eleitoral depende de quem decide, em eleições diretas, eleições universais, na escolha do Poder Executivo e do Poder Legislativo. Então, está colocado sobre nossos ombros, como lideranças políticas e como educadores desse país. E é com educadores que estou conversando agora, quero fazer chegar aos leitores da revista Giz, um nome interessante dessa revista, para que a gente possa dar a nossa contribuição ao resultado das eleições deste ano, que são muito importantes e oferecem riscos reais.

Face inclusive uma conjuntura mundial, o Celso lembrava as dificuldades que o mundo está passando com a radicalização de uma direita xenófoba e, lamentavelmente atrasada, comprometendo o curso da história na luta e na defesa da construção da democracia em nosso país.

A responsabilidade por essas eleições está colocada muito diretamente para nós e também aos leitores dessa revista, com essa categoria tão mo-

A prefeita Luiza Erundina participa da recepção ao líder político sul-africano Nelson Mandela em São Paulo, em 1991.



ARQUIVO PESSOAL

bilizada e tão participativa de educadores do estado e da cidade de São Paulo. Nós precisamos estar mobilizados com estratégia e com inteligência para barrar esse crescimento e essa ameaça que recai sobre todos nós, sobre a democracia brasileira.

CELSO NAPOLITANO Obrigado, deputada. Professor Fábio Zambon, por favor. Diretor aqui do sindicato também.

FÁBIO EDUARDO ZAMBON Deputada Luiza, é um imenso prazer revê-la.

LUIZA ERUNDINA Obrigada, Fábio. Você também, professor, prazer.

FÁBIO EDUARDO ZAMBON É um imenso prazer. E a senhora falou de consertar esse estado, não é? Eu tenho uma solução para consertar esse estado.

LUIZA ERUNDINA Que beleza.

FÁBIO EDUARDO ZAMBON Erundina prefeita novamente. Aí nós conseguimos.

LUIZA ERUNDINA O tempo passou para mim, professor, como passou para todo mundo. Eu tenho consciência disso, mas não me aposentei ainda, professor.

FÁBIO EDUARDO ZAMBON Felizmente, felizmente.

LUIZA ERUNDINA Eu me casei com a política, então não sei viver sem ela.

CELSO NAPOLITANO Casamento profícuo.

LUIZA ERUNDINA Viu Fábio, Paulo Freire, nosso grande mestre, tive o privilégio de tê-lo como Secretário Municipal de Educação, era meu amigo, meu conterrâneo nordestino, ele dizia que eu não era política, que eu era educadora, aí ele corrigia, não, você é uma educadora política. Então, a minha participação política já está no limite do tempo, já estou fazendo hora extra, mas acredito que a política é uma ferramenta indispensável na construção da história, na emancipação das pessoas. Tenho consciência disso, do papel que vocês, educadores, todo dia em sala de aula e no cotidiano da vida da categoria, representa para a história da democracia em nosso país. Somos muito gratos sobre isso. E certamente você tem muitas soluções, não essa que você aponta, já está fora do tempo. Mas, no que depender de mim, estarei junto com vocês, os educadores jovens, em sala de aula, buscando ajudar a emancipar os jovens e colocá-los com responsabilidade nas suas escolhas nas próximas eleições. ▶

Em 1992, Prefeita Luiza Erundina com Dalai Lama, líder político e religioso do Tibete.



ARQUIVO PESSOAL

FÁBIO EDUARDO ZAMBON Então, pensando um pouquinho na educação, deputada, nós tivemos agora, recentemente, um PNE [Plano Nacional da Educação] possível. Não era o PNE que a gente imaginava, mas o PNE possível. Como é que a senhora enxerga o PNE, no ponto de vista dos alunos e dos professores?

LUIZA ERUNDINA Professor, veja, qualquer política no nível do Estado depende do quanto tem um vínculo direto com o soberano na democracia, que é o povo. Por mais que haja pessoas dedicadas à educação e à formação, essa educação e essa formação têm que ser complementada ou ampliada, trazendo também para dentro da sala de aula a comunidade local.

Um mecanismo importante para isso, que o Estado de São Paulo foi pioneiro, são os conselhos de escola, que foram criados na rede de ensino estadual em 1985. É um mecanismo de gestão democrática, que possibilita não só formar o educando, mas ampliar a influência da educação, do educador e da escola até a co-

munidade local, com a participação dos pais, educadores, alunos, professores e diretores.

Claro que o conselho é para tratar das questões dos problemas da escola ou das decisões que a escola toma diariamente, mas, no momento e numa conjuntura eleitoral e de grave responsabilidade, esse mecanismo do conselho de escola, fóruns de conselhos de escolas regionais ou no espaço da comunidade, a meu ver, é uma oportunidade de contribuirmos, por meio do trabalho da escola, preparando o cidadão e a cidadã para o exercício da democracia, que é a escolha dos seus representantes do Executivo e no Legislativo.

Portanto, recai sobre os ombros nossos, como educadores e militantes políticos, a responsabilidade de trazer para dentro da escola, da vida da família e da comunidade local, com o pensamento e a mente voltada para a decisão mais importante em cada ano que se enfrente uma eleição é escolher com responsabilidade, com critério aqueles que vão nos representar e governar ao longo de quatro anos.

O novo Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 15.388) sancionado pelo Presidente Lula em 14 de abril deste ano, prevê estratégias para o fortalecimento dos conselhos escolares, que são órgãos deliberativos compostos pelo diretor da escola, por professores, servidores públicos, estudantes, pais e responsáveis e membros da comunidade local. Essas estratégias pretendem assegurar que todas as escolas públicas da educação básica tenham conselhos escolares instituídos e em pleno funcionamento; com a realização de reuniões periódicas para a efetivação do processo democrático nas escolas para melhorar a qualidade da educação.

CELSO NAPOLITANO Deputada, nós temos um compromisso com a Muna, a sua assessora, de não cansá-la muito.

LUIZA ERUNDINA Não se preocupe com o tempo, professor, isso a gente administra.

CELSO NAPOLITANO Que bom. O seu casamento com a política, como diz o Fábio e a senhora complementou, foi um casamento profícuo. Nós todos somos filhos deste seu casamento com a política, participamos muito da sua ação. Estamos numa categoria que têm sofrido diversos revezes com a uberização, a própria política que está sendo implementada em termos trabalhistas, depois do projeto do Rogério Marinho de 2017, que é chamado de Reforma Traba-

lhista, e da disputa que estamos tendo árdua e diariamente com esses conselhos tutelares, com essas instâncias que foram formadas para permitir a participação de toda a sociedade, uma participação em termos progressistas, mas que também está sendo dominado pela direita.

A direita está disputando conselhos tutelares, conselhos escolares. Então temos todo dia um trabalho e uma disputa imensa em relação a esses espaços, esses que a senhora acabou de citar.

A senhora citou inclusive o Paulo Freire. O Paulo Freire foi professor sindicalizado, foi patrono da nossa Escola de Professores aqui do Sinpro São Paulo. Na época em que a senhora foi prefeita, o professor Mário Sérgio Cortella, também amigo nosso, foi coordenador dessa Escola de Professores. Então temos uma enorme identidade com o seu governo, principalmente no que tange à educação. E já que a senhora citou Paulo Freire, o que a sua trajetória de mais de seis décadas na política nos ensina sobre esperar? Que foi o verbo que o Paulo Freire, o nosso mestre, mais conjugava na sua vida política e educacional. O que a senhora pode nos ensinar sobre esperar, para encerrar a nossa conversa?

LUIZA ERUNDINA Sim, professor, Paulo Freire era um filósofo, era um mestre, era um cientista, e ao mesmo tempo, um humanista, na sua expressão maior com a humildade, com uma consciência forte e de respeito à soberania popular. E o ensinamento dele é um legado que fica para todos nós educadores, seja o educador vinculado à rede pública de ensino que, lamentavelmente, o senhor tem toda razão, no âmbito do estado, eles estão destruindo tudo aquilo que vocês, educadores, construíram com a tal das escolas cívico-militares. ▶

Militar para educar, não combina. As escolas cívico-militares estão substituindo as escolas com os educadores que emergem da própria comunidade local.

O esperar do Paulo Freire, que é o conceito da esperança como um processo revolucionário, o que extrapola o tempo. Quando se tem esperança, é para o futuro, não é para o presente. Então, quando temos esperança, no sentido que Paulo Freire emprestava o termo, que é esperar o sentido dinâmico da busca daquilo que a gente pretende que passe a existir no futuro. Pode ser o futuro imediato, pode ser o futuro depois do nosso tempo, não importa, é uma energia que nasce dentro de cada ser humano e que interage entre os seres humanos, essa energia, esse sentimento positivo de acreditar no futuro e acreditar na própria força, como força criativa e que se amplia, se enriquece e se expande na relação com o outro. E isso também me move. Porque, nessa idade, com tanto tempo já de experiência de vida ou de existência, continuo esperando e tendo esperança cada vez mais forte. Que é isso que me mantém jovem. Me mantenho jovem. Apesar do número de anos, me

sinto jovem, me sinto mobilizada na construção do futuro. Um sonho que não envelhece, numa energia que não se esgota.

Muito pelo contrário, a convivência humana traz em si, com essa energia que nasce dentro de cada um, e é contagiante, de construir uma expectativa de futuro, ao longo da história e de acreditar que é possível mudar, inclusive aquilo que está impedindo a construção da felicidade, que é isso

que se busca. O ser humano não nasceu para sofrer, para ser oprimido, para ser derrotado, não. O ser humano, todos nós, independentemente de classe, nascemos com o DNA de alguém que quer ser fazendo, construindo, fazendo a história, sendo sujeito. E isso é resultado de um sentimento profundo de esperança, que nasce no interior, na mente, no coração e na ação de cada ser humano, e que contagia entre os vários seres humanos e gera uma dinâmica e uma energia, uma força que extrapola o nosso tempo, o nosso espaço e a nossa individualidade. É essa concepção que o Paulo Freire nos ensinava e vivia. Não é que ele ensinava, ele

vivia esses preceitos na própria vida dele.

Nos finais de semana, nós íamos, eu e ele,

“

Vocês são sujeitos desse processo, do construir, do esperar e da esperança na formação das gerações dos brasileiros que estão nas mãos de vocês como educadores do Estado mais importante da Federação.

à periferia fazer a educação permanente aos educadores do plano municipal. O quadro de professores municipais mudou no curto espaço de dois anos e meio, que foi o tempo do governo de Paulo Freire. Ele quis sair mais cedo, porque ele disse “eu quero ir para casa, porque quero escrever sobre o que nós vivenciamos, já fiz o que tinha que fazer, a minha equipe já está preparada para dar continuidade sem precisar de mim”. Ele ficava insistindo. “Eu quero ir para casa. Eu quero ir para casa”. E a Anitta, a esposa dele, em um dado momento, disse: “Olha, Luíza, atenda Paulo Freire. Ele disse que já terminou a missão dele como Secretário de Educação. Ele quer ir para casa para escrever”.

Depois que saí da prefeitura, no lançamento de um dos últimos livros dele, eu estava presente e ele me dedicou o seu livro e, naquele momento, ele disse: “Está vendo? Eu disse para você que ia para casa para escrever sobre a experiência. Esse aqui é o sexto livro que já escrevi depois que saí da secretaria”. Ele era um homem assim, viveu para o futuro.

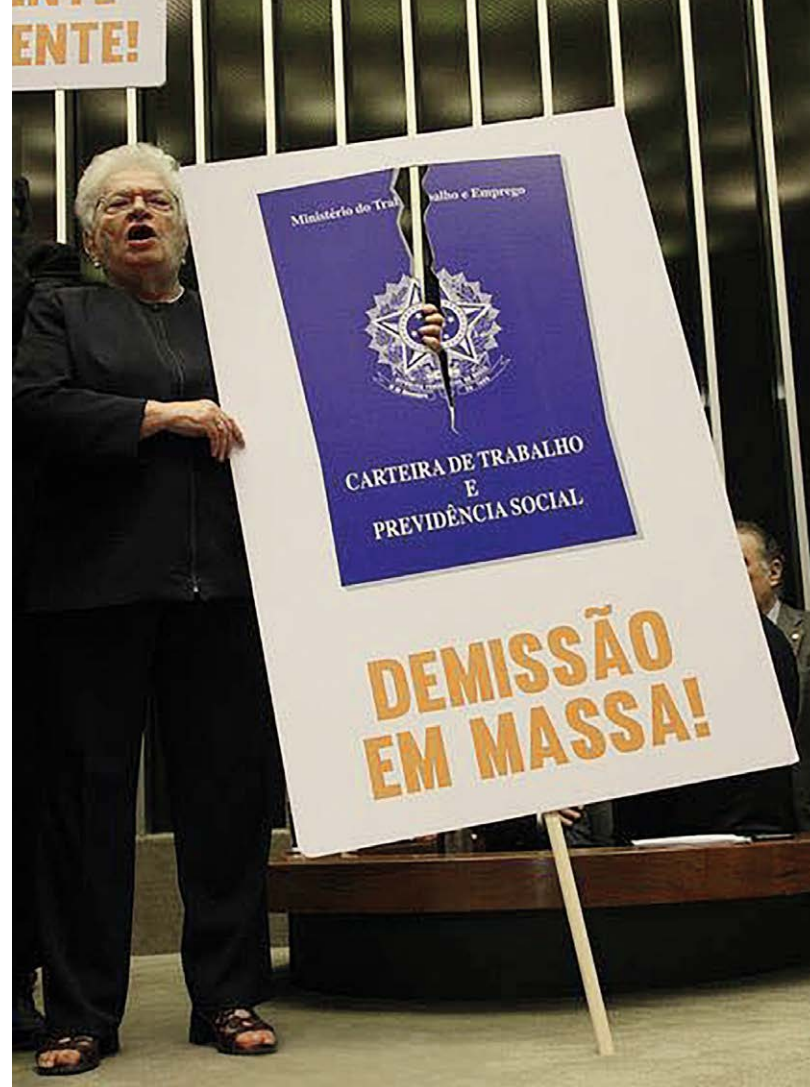
Eu o conheci desde a luta de resistência à ditadura lá no Nordeste, com os núcleos de cultura que ele criou na época, era um visionário. Era um grande filósofo. Era um homem incrível. De todos os tempos. Paulo Freire não morre nunca. O legado dele está dentro de nós e de cada educador. Não está nos livros que ele deixou aos montes. A maior parte deles escritos lá fora, porque a ditadura não permitiu que ele ficasse aqui escrevendo e ajudando na política de educação do seu país. Ele deixou



Deputada Luiza Erundina se junta ao povo em manifestação contra a reforma da Previdência, em 2019.

um legado inestimável, mas mais que isso, foi a experiência dele que o torna permanente e eterno no nosso meio, construindo a história do nosso país.

Então, esperar do Paulo Freire é esse sentimento positivo e permanente e projetado para o futuro e que continua, que não morre nunca, porque se reproduz através das novas gerações contagiadas por esse vírus, o vírus do esperar do Paulo Freire, o vírus de esperar de ter esperança como ação revolucionária que nos move, que nos transforma, que nos mantém jovens, apesar do número de anos que a gente tenha. Eu já tenho 91 anos, e me sinto como se eu tivesse 30, 40, porque sou alimentada por esse sonho que aprendi com Paulo Freire. ▶



Ao lado, na Câmara Federal, deputada Luiza Erundina protesta contra a reforma trabalhista feita pelo governo Temer, em 2017.

CELSO NAPOLITANO Você, deputada, foi contaminada por esse vírus, o vírus do esperar de Paulo Freire.

LUIZA ERUNDINA Se me permite, professor.

CELSO NAPOLITANO Pois não, deputada

LUIZA ERUNDINA Mais uma coisa. A política, descobri muito precocemente ainda no Nordeste, na região seca, minha família, assim como a maioria das famílias da época, famílias numerosas, pobres, tendo que enfrentar o problema da seca, e as minhas primas, da minha geração, casavam-se, tinham uma filha e reproduziam a relação de dominação dos donos da terra sobre o trabalhador rural. E

me dei conta de que o problema do Nordeste não era falta de água, falta de chuva, mas era a concentração da propriedade da terra. Era o latifúndio. Porque no Nordeste tem chuva, períodos que tem água, tem chuva e tem os açudes construídos para os períodos de seca em que o governo contratava mão de obra, contratava que nada, ele absorvia mão de obra que não tinha trabalho no período de seca, para construir os açudes, só construir açudes na terra dos donos da terra. Então, também a água foi privatizada.

Não tem muita água doce nas dezenas de açudes construídos pelo trabalhador rural na época das secas, pois essa água também é apropriada. Aí me dei conta de que não podia fazer como minhas primas estavam fazendo, casar,

ter uma filha e reproduzir a dominação que recaía sobre minha família e na maioria das famílias daquela época.

Então foi aí que descobri a necessidade de estudar, descobri a política como uma ferramenta mais eficaz para mudar, e o sonho de mudar, não só o país, mas mudar o mundo. Nosso sonho tem que ser do tamanho daquele que pensa em mudar o mundo a partir da ação humana organizada, politizada e com projetos inteligentes para juntos, construirmos um futuro e de contaminar com esse vírus da esperança, as novas gerações.

Estou feliz de estar aqui com vocês. Vocês são sujeitos desse processo, do construir, do esperar e da esperança na formação das gerações dos brasileiros que estão nas mãos de vocês como educadores do Estado mais importante da Federação. É isso que eu penso, professor. E Paulo Freire, aprendi com ele, e é meu eterno mestre, porque ele tem sempre algo de novo a nos ensinar. Muito obrigada, professor.

CELSO NAPOLITANO Nós é que agradecemos.

SILVIA CELESTE BARBARA Posso falar um pouquinho antes de despedir?

CELSO NAPOLITANO Claro, professora Silvia.

SILVIA CELESTE BARBARA Erundina, deixei dois links no chat. Depois pede para a Muna antes de fecharmos a sala, para abrir, principalmente o segundo. Foram postagens que eu fiz no Facebook em 2019, 2020, vendo você, assistindo você, de madrugada, na Câmara dos Deputados, indignada pela reforma da Previdência.

LUIZA ERUNDINA Sim, é.

SILVIA CELESTE BARBARA E foi uma coisa muito linda, que nunca esqueci. Me lembro que estava trabalhando nessa hora, estava assistindo a sessão e estava trabalhando. E fui até a TV, voltei um pouquinho para filmar você, o seu discurso, até que o presidente da comissão fechasse o seu microfone para calar sua boca. Não consegui, mas guardo isso com muito carinho, porque, para mim, é o símbolo de quem você é como pessoa e como política incansável, incansável, valente demais.

LUIZA ERUNDINA Naquela comissão permanente, que, aliás, estava construindo a reforma da Previdência, somos partidos pequenos, com poucos votos, e a nossa representação nessas comissões é muito limitada, então a gente tem que se desdobrar para contribuir no limite máximo do que a gente dispõe de tempo para influenciar naquelas decisões que, lamentavelmente, nem sempre se consegue.

Posso te dizer que fazia mais, talvez como vereadora, e como deputada estadual, porque estava mais perto dos problemas e estava mais perto da solução dos problemas. Quem traz a solução, quem cria a solução, é o povo, é o povo organizado, é o povo mobilizado, é o povo consciente da sua força como força política, como soberano numa democracia.

Então, quero ficar mais perto do povo nesse fim de vida minha. Quero ficar mais perto das comunidades locais, porque me inspira mais, me dá mais energia, ajuda a acumular força, debaixo para cima, para ver se desperta essa Brasília tão distante e tão alienada dos problemas do povo. Eu me cansei daquilo lá.

Sete mandatos são suficientes. Foram mandatos consecutivos. Então o tempo de vida que ainda me resta, de energia e de vontade de lutar no espaço local, no espaço da cidade, no espaço do estado. ▶

Por isso, naquele momento, eu estava potencializando o meu tempo como representante da minha bancada naquela discussão importante da reforma da Previdência, que estava ameaçada, inclusive de retrocesso, em relação ao pouco que já se tinha feito em termos de Previdência Social em nosso país. Então não dá para cochilar. Não dá para atrasar a chegada nos espaços de decisão e de debate. Por isso, eu estava lá mais cedo, para chegar mais cedo no espaço de debate de discussão para, pelo menos se não avançar, mas não retroceder naquilo que já tinha sido construído e acumulado ao longo do tempo. Era isso. Só isso. Nenhum mérito de estar ali naquele momento.

CELSO NAPOLITANO Sete mandatos.

SILVIA CELESTE BARBARA A gente é bem representado por você. E você também vai poder contar sempre com a nossa ajuda, com a nossa participação também.

LUIZA ERUNDINA Obrigada, professora, pela confiança.

CELSO NAPOLITANO Com certeza foram sete mandatos importantíssimos e me lembro que a tua participação como primeira presidente da Comissão de Participação Popular, onde você levou os projetos da população para dentro do plenário. Naquele momento, eu era presidente do DIAP [Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar], que teve uma participação importantíssima junto com você. Você teve uma participação importante para que os projetos fossem levados a plenário nessa ideia magnífi-

ca que é da participação popular e que, depois da tua presidência, praticamente inexistiu. Tudo que você fez lá, Erundina, é de fundamental importância. E privilegiados seremos nós de termos você mais perto da gente. É muito importante, e é emocionante, essa tarde que passamos com você. Eu, particularmente, vou fazer um depoimento pessoal aqui. Tenho três tardes para carregar para a minha vida, que são tardes em que estive uma delas com Paulo Freire e outra com Darcy Ribeiro e agora essa com você. São essas tardes que realmente importam na minha vida e que fazem diferença. Muito obrigado, Erundina. Obrigado pela tua participação.

LUIZA ERUNDINA Eu que agradeço. Essa minha ação é uma ação coletiva, professor. A política é uma ação de sujeitos coletivos. O indivíduo não conta se ele não estiver junto com outros indivíduos e ser um coletivo. A eficácia da política é exatamente o que uma ação de sujeitos coletivos que se, conscientemente do seu papel e de sua capacidade de mudar e ter uma perspectiva de mudar o mundo, não pode pensar só em mudar o país, é mudar o mundo, para ver se você muda a tua casa, teu bairro, tua cidade e o país. É isso que é a política. Por isso é algo que tem que ajudar os jovens a descobrirem. A política é a atividade mais realizadora, mais gratificante para um ser humano. Então eu sempre trouxe para que os jovens descubram a política como utopia, como sonho e venha ajudar a construir o futuro, porque a gente já está mais para lá do que para cá. Tenho consciência dos meus limites, do meu tempo histórico, e não quero atrapalhar a história, vivendo mais do que é necessário.



FOTO DIVULGAÇÃO PSOL

Deputada Luiza Erundina em São Paulo.

CELSO NAPOLITANO Absolutamente, contribuiu muito para a história. E fique certo que essa é a sua casa, está à sua disposição.

LUIZA ERUNDINA Obrigada, eu vou querer usar, porque a gente vai continuar se juntando com muito povo em algum espaço. E aquele tem sido o espaço que a gente consegue com muita frequência e com muito conforto, um lugar muito lindo, um espaço muito bem cuidado, e em uma posição estratégica para as pessoas chegarem lá. Agradeço desde já.

CELSO NAPOLITANO É o espaço dos professores e das professoras, por isso que é o seu espaço também. Muito obrigado pela gentileza.

LUIZA ERUNDINA Foi um prazer enorme falar com vocês. Quem sabe um dia a gente se vê ao vivo e em cores.

CELSO NAPOLITANO Com certeza, ao vivo e em cores. A próxima vez que você estiver aqui no

nosso auditório. Um grande abraço, obrigado.

LUIZA ERUNDINA E quando a revista sair, eu quero um exemplar dela.

CELSO NAPOLITANO Com certeza.

LUIZA ERUNDINA Obrigada, parabéns. Boa tarde.

CELSO NAPOLITANO Um grande abraço.

FÁBIO EDUARDO ZAMBON Um abraço, Luiza. Um grande abraço.

LUIZA ERUNDINA Obrigada, meu irmão. Grande abraço. Tchau.

WALTER AUGUSTO DE MORAES Boa tarde, sucesso.

LIDIANE CHRISTOVAM Boa tarde, bom descanso.

LUIZA ERUNDINA Obrigada. Boa tarde, professor. Boa tarde, professoras. ●

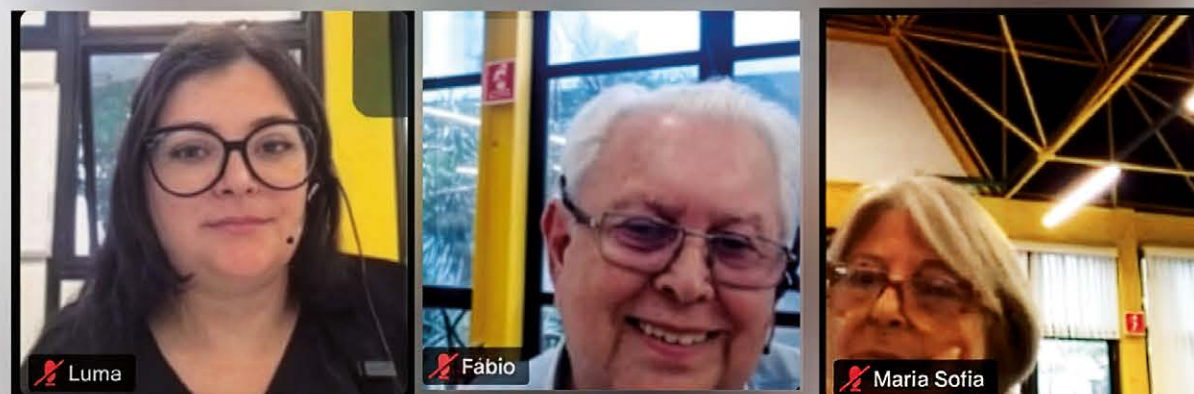
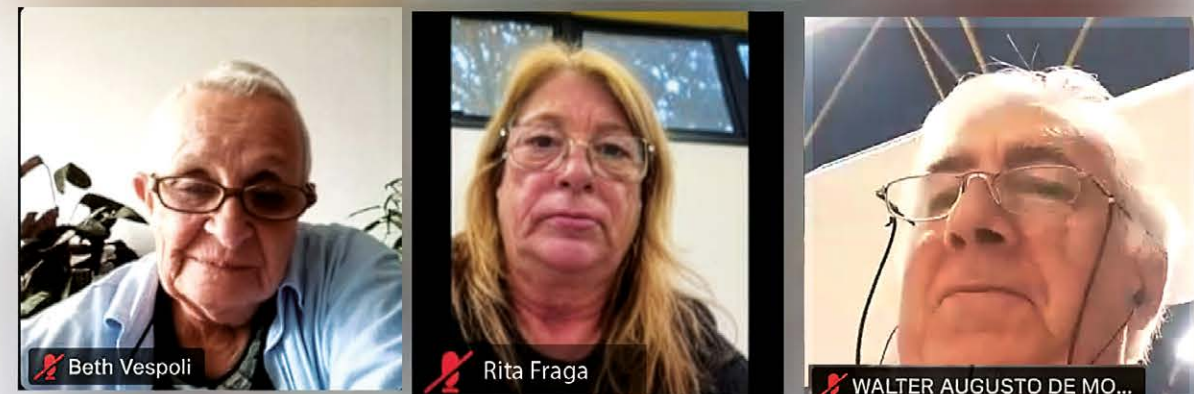


FOTO MÍDIA NINJA

Participantes da reunião:

- Ana Luisa Zaniboni Gomes** - Coordenadora de Comunicação do SinproSP
- Celso Napolitano** - Presidente do SinproSP
- Dorival Bonora Júnior** - Diretor do SinproSP
- Fábia Renata Oliveira** - Jornalista do SinproSP
- Fábio Eduardo Zambon** - Diretor do SinproSP
- Giulianna Liguori Beltrame** - Estagiária de Comunicação
- Iberê Moreno Rosário e Barros** - Diretor do SinproSP
- Lidiane Christovam** - Diretora do SinproSP
- Luma Jatobá** - Jornalista do SinproSP
- Maria Elisabeth Vespoli** - Diretora do SinproSP
- Maria Sofia Aragão** - Diretora do SinproSP
- Rita Fraga** - Diretora do SinproSP
- Silvia Celeste Barbara** - Diretora do SinproSP
- Walter Augusto de Moraes** - Diretor do SinproSP



FÁBIA RENATA S. DE OLIVEIRA
 é jornalista e integra a equipe de comunicação do SinproSP. Foi coordenadora de comunicação na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo; assessora de imprensa na Câmara Municipal de São Paulo por 12 anos. É mestrande em Sociologia na USP.



O PROFESSOR NA LITERATURA

Assim como todos nós guardamos memórias de nossos antigos professores, a literatura também registra a força dessas figuras.

Em várias obras literárias, a presença e a importância de professores é marcante, quer na formação de outros personagens, quer em sua própria atuação como um deles. Neste artigo, proponho destacar os elementos que constroem essa figura tão poderosa, capaz de interferir e transformar, de forma definitiva, a vida daqueles que cruzam o seu caminho pelas páginas dos livros.

Por MARLISE VAZ BRIDI

Há, sem sombra de dúvidas, identidades fortes. Alguém, sendo mãe ou pai, ao ouvir chamarem por um ou uma, mesmo na improbabilidade do chamado ser para si, tende a voltar-se na direção de quem chama. O mesmo acontece com os professores.

Professor / professora é uma identidade forte, tanto para quem exerce a profissão, como para quem se viu marcado por um deles (ou por vários deles) em suas escolhas existenciais.

É muito comum que, em depoimentos, as pessoas revelem o papel que professores tiveram em sua formação, papel esse que definiu de maneira decisiva o rumo de suas vidas.

Quando escrevi o memorial para o meu concurso de efetivação de cargo de professora da USP, o cerne de minha reflexão foi a presença dos professores em minha vida. E, certamente, não fui nada original: os professores são quase sempre motores importantes nas escolhas profissionais de seus alunos.

Particularmente, ainda que tenha destacada muitos professores que contribuíram para minha formação, gostaria agora, depois de 50 anos de magistério, de lembrar de uma professora: Maria Lúcia Dal Farra.

No início dos anos 70, aluna que era do curso de Letras da USP, deparei-me com essa grande professora que, apesar de ter apenas 5 anos a

mais que eu, e, em seguida, tornarmo-nos colegas no curso de Pós-Graduação (que eu iniciava e ela concluía) exerceu um papel fundamental para sempre sobre mim.

Recordo-me, entre muitos, de dois aspectos de sua presença que me marcaram para sempre. Primeiro, a seriedade absoluta em relação ao objeto de estudo a que se dedicava e que generosamente dividia inteiramente com seus alunos. Segundo aspecto, a maneira apaixonada e apaixonante como lia os textos a que se propunha interpretar detidamente diante de nós e, sobretudo, conosco.

Até hoje, 50 anos depois, cada vez que leio um texto, mesmo que pela primeira vez, a voz interior que o reproduz e ouço é a voz de Maria Lucia Dal Farra. Esta é a força de uma professora em minha própria vida e identidade.

Assim como cada um de nós tem suas próprias histórias em relação a seus professores ou a um deles em particular, a Literatura registra em muitas obras a presença e a importância de professores, quer na formação de outros personagens, quer em sua própria atuação como um deles.

A Literatura caracteriza-se por abranger todos os tipos de discursos e situações ou, em outras palavras, contempla tudo o que diz respeito à condição humana. Daí podermos dizer que, em Literatura, não há nada do humano que escape a seu escopo. A presença de professores, por óbvio, também não escapou. ▶

Para além do inestimável número de professores informais que atuaram ao longo do tempo na evolução da própria humanidade, desde tempos imemoriais há referências à transmissão de conhecimentos através de mestres, de interações entre eles e seus discípulos, de métodos e técnicas de ensino que a Literatura deixou registrada.

Quando nos aproximamos mais no tempo, entretanto, podemos encontrar na literatura indicações da existência de professores mais próximos da configuração dos professores atuais, ou seja, professores formais que atuam em instituições especializadas como escolas e universidades.

Como seria impossível inventariar, nesta oportunidade, a presença de professores na Literatura, mesmo que limitemos esse inventário a uma Literatura jovem como a Literatura Brasileira, proponho destacar alguns elementos que configuram tal presença, como professores são vistos enquanto personagens e como interagem com outras, provocando reflexões significativas acerca de como essa identidade forte é capaz de interferir de maneira profunda na existência das pessoas que com ela se relacionam.

Entre os brasileiros, desde José de Alencar, durante o Romantismo no século XIX, até um autor contemporâneo como Itamar Vieira Junior, em pleno século XXI, há obras que contam com a presença de professores como suas personagens, perpassando obras de todas as épocas da nossa literatura. Em um sobrevoo rápido, que nem de longe esgota a presença de personagens professores na Literatura Brasileira, podemos citar também autores como Manuel Antônio de Almeida,

Machado de Assis, Raul Pompeia, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo, Clarice Lispector, Ziraldo, Raduan Nassar, Milton Hatoum e Conceição Evaristo. (ALVES, 2010). Em Alencar, em sua obra *Til*, de 1872, a protagonista Berta alfabetiza a personagem Brás (que apresenta deficiência intelectual), agindo em consonância com os valores do autor e sua época. A personagem, enquanto professor, reveste-se da ideia de que o magistério é um elemento de salvação, ou seja, retoma a ideia de catequese que caracterizou todo o processo da presença da educação exercida prioritariamente pela presença das ordens religiosas no Brasil colonial. Tal tradição repercute na configuração dos primeiros professores que, leigos ou simplesmente instruídos, aparecem “salvando” àqueles que surgem como seus discípulos. Provavelmente, é essa origem histórica de professores ligados a instituições religiosas a responsável por uma certa mentalidade, que sobrevive até mesmo em nossos dias, de que a atividade de ser professor, corresponde a uma vocação (quase religiosa) em detrimento da ideia de uma profissão, o que, sem dúvida, corresponde a verdadeira condição de professores: trata-se de uma categoria profissional.

Muitas vezes o professor, como personagem, é o porta-voz das ideias que o autor da obra pretende transmitir, sejam essas ideias a representação de valores positivos ou negativos. Para que essa representação se torne mais clara, vejamos exemplos concretos dessa presença no sentido do que carregam em termos da constituição das personagens professores. ▶



Além da possibilidade de uma personagem ser caracterizada como professor para simplesmente indicar o pertencimento a uma determinada condição social, outras vezes a personagem professor amplia sua participação nos enredos das obras, atuando como motores das narrativas.

No primeiro caso, podemos exemplificar com *Dom Casmurro* (1899) de Machado de Assis ou *São Bernardo* (1934) de Graciliano Ramos. Nos dois livros, a referência à condição de professor das personagens funciona mais como um indicador da origem social das personagens do que uma profissão propriamente dita. Ou seja, a referência de que o pai de Capitu era um professor, Prof. Pádua, ou de que Madalena, que será esposa de Paulo Honório, era professora, funciona na economia interna dos romances como índices da origem de classe das personagens. Personagens que não pertencem propriamente às classes dominantes, representadas por profissões consideradas mais significativas (advogados, diplomatas, políticos e seus desdobramentos) ou, sobretudo, pelo empoderamento advindo da condição econômica (representada pelos grandes proprietários), que em ambos os casos é contemplado. Por outro lado, é indicado nas obras, às vezes de maneira sutil, que as personagens Capitu e Madalena possuem consciência de sua condição oprimida nos respectivos casamentos, tanto por sua condição social propriamente econômica, como pela condição feminina.

Exemplar acabado do segundo caso, ou seja, quando professor é personagem fundamental para

o enredo do romance, pode-se encontrar na grande obra de Raul Pompeia, em *O Ateneu* (1888). Considerado um dos grandes romances brasileiros do século XIX, situa-se espacialmente em um internato que, diga-se, foi uma instituição de grande importância no processo educacional brasileiro, já que durante um longo tempo da história do Brasil, fomos um país de base agrária e rural, sem escolas próximas à população, em que só as elites podiam acessar o ensino formal. Dessa forma, uma das possibilidades para a educação dos jovens era (não só no Brasil, claro está) o internato, em que jovens eram deslocados de suas casas originais para um ambiente bastante diverso, convivendo com outros jovens muito diferentes entre si, com histórias pessoais diversas e situações inesperadas. É esse o ambiente de *O Ateneu*. O protagonista Sergio, também narrador em primeira pessoa do romance, retrata com muita acuidade, que lhe é proporcionada pelo fato de ser um adulto a recordar suas experiências entre os 11 e 16 anos, período de grande importância por ser formador, com traços de uma variada gama de sentimentos contraditórios, mas marcantes.

Nesse sentido, as suas muito vivas memórias das complexas relações entre colegas, professores e alunos e o próprio ambiente de um internato, que confinando jovens, todos do sexo masculino, num mesmo ambiente, pouco se distingue do que, atualmente, guardadas as devidas diferenças, é uma instituição de recolhimento de jovens infratores. A diversidade que a escola proporciona, é intensificada pelas condições específicas de um

internato, tanto em seus aspectos positivos como nos negativos, oferecendo ao leitor, com acuidade, esse variado ambiente. Destaca-se o desenho nessa observação do ambiente do internato a figura de seu diretor, Aristarco Argolo de Ramos, representado caricaturalmente como autoritário a ponto de ser retratado como uma figura imperial em pleno Segundo Império. Claro está que, em *O Ateneu*, as personagens que são professores têm um destaque na obra pois são parte integrante do ambiente em que a narrativa se desenrola.

Há outros tantos exemplares de professores que se espalham pela Literatura Brasileira e, talvez, valha a pena destacar alguns por suas especificidades. Vejamos, por exemplo, o caso mais que curioso de Amar, *Verbo Intransitivo* (1927) de Mário de Andrade. Nele, outra instituição que se manifestou na história da educação brasileira é contemplada: além do internato, outra maneira que as classes dominantes se utilizavam para a educação de seus rebentos foi a presença de preceptores, muitas vezes estrangeiros, o que, de certa forma, ofereciam um prestígio extra ao status da família que podia bancá-los. No caso de Amar, *Verbo Intransitivo*, a família tradicional é, no início do século XX, pertencente à burguesia ascendente dos barões do café, moradora de um dos palacetes da Paulista e, portanto, rodeada de privilégios. Romance muito sensível, tem na personagem professora/preceptora figura da maior importância na trama do romance, pois para além da sua condição de professora dos filhos da casa, terá o inusitado papel, contratado pelo pai

da família, Felisberto de Sousa Costa, de iniciar sexualmente o menino, Carlos Alberto. De acordo com a mentalidade da época, normalmente os meninos eram iniciados sexualmente em prostíbulos, o que produzia uma aversão no patriarca. Resolveu então apelar para a solução que considerou mais higiênica, a contratação da preceptora Elza, de origem alemã e chamada Fräulen, para também a função de iniciadora do menino, sem considerar as possíveis consequências de tal ato. Aquilo que seria uma controlada iniciação do adolescente, se transforma em um desenfreado amor-paixão com seus desdobramentos incontroláveis.

Como é possível vislumbrar pelas obras até agora destacadas, o papel dos professores no âmbito da literatura, é tão variado como o das experiências da própria existência humana, pois eles se imiscuem em todos os âmbitos das vidas das pessoas que com eles convivem. No plano das obras de memórias, tanto as pessoais, como as plenamente ficcionais, é comum encontrarmos professores envolvidos. É o caso das *Memórias de um sargento de milícias* (1853, em capítulos e anonimamente, e 1863, em livro e com autoria), de Manuel Antônio de Almeida, *Memórias Sentimentais de João Miramar* (1924), de Oswald de Andrade, *Doidinho*, de José Lins do Rego, como tantos outros, dado que a importância de professores, tanto para a construção de aspectos positivos, como para, ao contrário, negativos, via de regra passam pela aprendizagem que se realiza no contato com professores e, por isso, essas figuras ficam marcadas na memória de seus alunos. ▶

Por isso, professores são representados como personagens através de memórias marcantes, ora por contribuírem para a construção positiva das personalidades dos que nos contam suas memórias, ora criticamente, em que o memorialista recorre à caricatura e ao humor, colocando-se em posição de superioridade em relação aos professores retratados.

Muitos dos outros autores escolhem a profissão de professores para caracterizar suas personagens, mas, muitas vezes, essa condição nem sempre ultrapassa a superfície da narrativa, ou seja, nos romances não atuam como professores. Ainda assim, a sua condição de professor é mencionada, o que é importante perceber que tal condição é, como disse de início, uma identidade forte.

O livro de Ziraldo, *Uma professora maluquinha* (1995), é um outro exemplo de obra que quebra o paradigma da construção da personagem professora que, sem dúvida, é construída a partir do modelo da criatividade que, de resto, caracteriza toda a obra do autor. Desde *O menino maluquinho* (1980), obra obviamente paralela à *Uma professora maluquinha*, a tônica é a inovação, a criatividade e as críticas às ideias convencionais. A professora por seu comportamento inovador e criativo, no entanto, tem de enfrentar óbices que a própria criatividade encontra por parte do pensamento tradicional que, muitas vezes, congela a relação professor/aluno.

Entre os contemporâneos, destaca-se a obra *Dois irmãos* (2000), de Milton Hatoum, que apresenta duas figuras de professores que ocupam papéis preponderantes em momentos significativos da vida das demais personagens, sobretudo, dos dois irmãos nominados no título e do narrador do romance. (Bridi e Vasconcelos, 2011). O primeiro deles, padre Bolislau, professor de matemática, é um professor tradicional e de caráter autoritário; o outro, Antenor Laval, professor de Literatura, opostamente caracterizado como um libertário e sedutor na maneira como se relacionava com a matéria que ministrava e com seus alunos. Como toda a obra contrapõe, não sem profundas ambiguidades por sua complexidade, os irmãos Yaqub e Omar, que são gêmeos, também a relação com os professores terá efeitos opostos.

O professor de matemática exercerá profundo efeito na formação de Yaqub que definirá seu caminho profissional a partir da identificação com a área de exatas e, em certo sentido, também em relação a uma visão de mundo conservadora, também influenciada por outros aspectos de suas experiências de vida familiar e social. Ao contrário, para Omar, chamado de Caçula, o efeito será completamente oposto. Não se dando bem com a disciplina (em todos os sentidos) do professor de matemática, seu comportamento e o do próprio professor ocasionarão sua expulsão do colégio.

Entretanto, será com o outro professor, o de literatura, que Omar se identificará. Numa escola considerada de ensino menos exigente, cujo apelido era Galinheiro dos Vândalos, muito pouco se exigia de professores e alunos, mas é nesse ambiente que floresce a admiração, primeiro do Caçula e depois do narrador, Nael, pelo professor libertário. Para Nael, o narrador dessa história, filho bastardo de uma empregada mestiça que vivia na casa (ambos deslocados do ambiente familiar ainda que pertencente a ele como a narrativa indica), a escola era a única possibilidade de construir um futuro, qualquer futuro.

É importante destacar que quaisquer dessas obras aqui brevemente indicadas apontam para a personagem professor profundamente arraigadas aos momentos históricos que as conformaram, como de resto é o que acontece com toda a literatura, possibilitando que seus leitores, de todas as épocas, tanto os contemporâneos dos autores, como os que vêm depois, pouco ou muito longe temporalmente deles, sejam provocados indistintamente pelas obras. Portanto, espero que essa pequena amostra nos coloque em sintonia crítica com professores outros, sempre outros, mesmo que nossos companheiros próximos, pois a nossa identidade de professores, para nossa alegria, inclui a diversidade em seu cerne e, por consequência, nos leva a pensar nela como algo que nos constitui e, por isso, nos enriquece. ●

REFERÊNCIAS

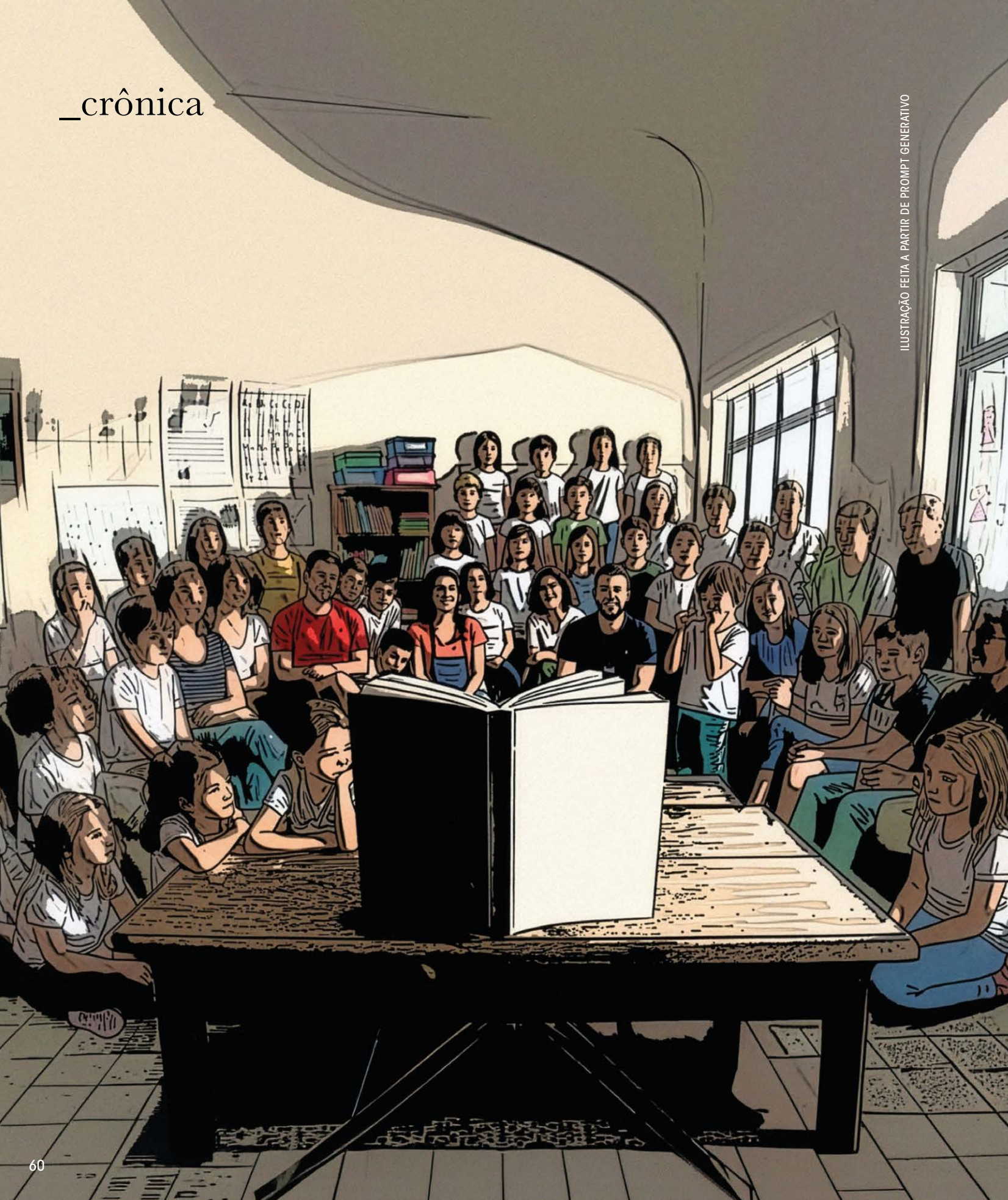
ALVES, Vanine Aparecida Cardoso. **A imagem do professor na literatura brasileira: uma análise histórica**. 2010. 53 f. Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2010.

BRIDI, Marlise Vaz; VASCONCELOS, Maria Lucia M. C. O professor e seu duplo: uma leitura de *Dois irmãos* de Milton Hatoum. **Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura**, v. 13, n. 2, p. 110-123, 2011.



Autora

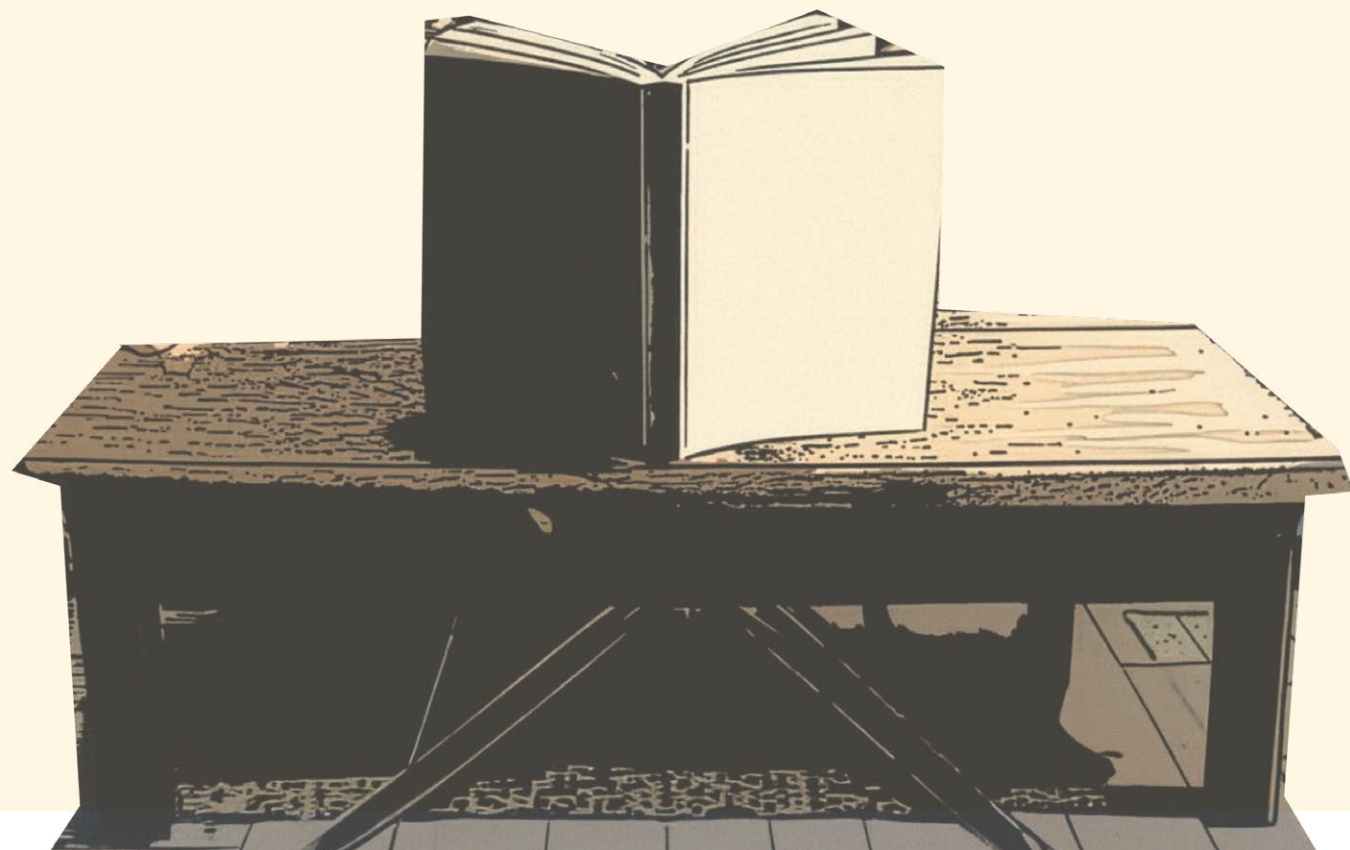
MARLISE VAZ BRIDI é graduada em Letras e doutorada em Literatura Portuguesa pela USP, na qual é professora, além de professora titular aposentada da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Atua nas áreas da literatura portuguesa, literatura de autoria feminina e ficção contemporânea. Atualmente, lidera o grupo de pesquisa GELAF - A Literatura de Autoria Feminina, e é a mediadora convidada das sessões do Clube de Leitura do SinproSP.



DEZ MANDAMENTOS PARA BEM RECEBER UM AUTOR

“Quando conto minha vida, as crianças bocejam tanto que vejo um desfile de caninos e molares. O escritor tem que falar dos seus livros para quem leu seus livros. Só assim a conversa fica minimamente interessante.”

Por JOSÉ ROBERTO TORERO



Minha primeira vez foi em 2002, quando eu tinha 39 anos. Antes disso, eu nunca tinha ido a uma escola como autor. Na verdade, nem sabia que autores visitavam escolas. Jamais um escritor ou um ilustrador passou pela Grupo Escolar Municipal de 1º. Grau Lourdes Ortiz, onde fiz o ensino fundamental, na década de 1970, lá em Santos.

Só quando estava cursando Português e Espanhol na FFLCH-USP é que vi um autor ao vivo, porque Plínio Marcos passou por lá vendendo seus livros.

Por isso, em 2002, achei muito estranho quando me ligaram de uma escola de São Paulo me

convidando para conversar com os alunos sobre Uma história de futebol, meu primeiro livro juvenil, que em 2001 tinha sido selecionado por um programa de governo e teve mais de dois milhões de exemplares distribuídos pelo país.

Eu fiquei contente pela venda maciça do livro, mas pensei que as coisas tinham acabado por aí.

Não mesmo. Como diz o ditado: “Quando você pensa que acabou, está só começando”.

Ao chegar à escola, no fim da avenida Cupecê, tive uma surpresa imensa. Achava que conversaria apenas com uma classe. Mas, logo que entrei no pátio da escola, centenas de crianças me cercaram, me encheram de abraços, me fizeram mil perguntas e pediram autógrafos.

Foi uma surpresa imensa. Eu já tinha livros de sucesso para adultos, mas o máximo de manifestação afetiva que eu tinha recebido foram cartas simpáticas e um ou outro aperto de mão. Aquilo era outra coisa.

E as surpresas continuaram naquele dia: os professores me mostraram no que meu livro tinha se transformado. As paredes da escola estavam cheias de desenhos, fizeram montes de textos e até montaram um campeonato de futebol com os times do livro.

Daí pensei: “Aíca! Isso é muito mais divertido do que escrever para adultos”. E passei a me dedicar mais aos pequenos do que à gente grande. Tanto que hoje o placar de livros está em 39 para os infantojuvenis e 30 para os adultos.

Com o passar dos anos, as visitas se multiplicaram. Já fui a centenas de escolas. Só nos últimos três anos fiz mais 170 conversas com alunos.

Esses encontros se tornaram algo comum, mas sempre muito diferentes entre si. Uns são mais proveitosos, outros, menos. Falta uma deontologia, uma mínima normatização. Por isso resolvi fazer estes “Dez mandamentos para bem receber um escritor na escola”.



Primeiro mandamento:
“Lerás o escritor antes de todas as coisas”.

Parece óbvio, mas não é. Muitas vezes somos chamados para falar sobre nossa vida. Porém, a rotina do escritor é a coisa mais sem graça do mundo. Se o cara não é um Hemingway ou um Bukowski, sua existência se resume a ficar

horas sentado à frente do computador: lendo, escrevendo e reclamando de dores nas costas.

Quando conto minha vida, as crianças bocejam tanto que vejo um desfile de caninos e molares. O escritor tem que falar dos seus livros para quem leu seus livros. Só assim a conversa fica minimamente interessante.



Segundo mandamento:
“Preparás uma entrevistinha”.

Mesmo que os alunos tenham lido o autor, é importante não deixar a conversa dependendo apenas do improviso. Preparar uma entrevista tem duas utilidades: ensina a criança a pesquisar e o perguntador tem que pensar um pouco mais sobre o que leu. A preparação de uma entrevista deixa a conversa mais organizada e informativa.



Terceiro mandamento:
“Criarás texto”.

Ler um livro com atenção e falar com seu autor já é uma coisa boa. Mas fica ainda melhor se os alunos produzirem novos textos a partir dessa leitura. Isso significa que a criança realmente tomou posse da narrativa original, tanto que se sente capaz de modificá-la, recriá-la. Além disso, a invenção é tão prazerosa quanto a leitura. Uma escola em que fui recentemente, por exemplo, criou ótimas novas histórias a partir de “Contos de sacisas”. ▶



Quarto mandamento:
“Criarás algo além de textos”.

Fazer um texto a partir de uma leitura já é algo especial. Mas fica ainda melhor se as crianças transformarem o livro em outra linguagem. Isso provoca uma interdisciplinaridade e abre as portas da imaginação.

Por exemplo, uma escola que leu “Pontes” construiu uma inacreditável ponte de verdade no meio de uma sala de exposição e criou sofisticadas animações computadorizadas (sim, era uma escola rica, mas há várias escolas ricas que apenas leem o livro, sem produzir algo novo).

Noutra, que leu o “Castelos”, cada uma das três classes do quarto ano construiu um enorme castelo, onde uma pessoa (não muito alta) podia até entrar. Uma observação importante: essa não era uma escola rica, mas uma EMEF da periferia de São Paulo, que usou materiais recicláveis, como caixas de papelão e garrafas pet).

Numa outra, que leu “Os penteados de Rapunzel”, houve um divertidíssimo desfile de cabelos malucos. E já vi muitas e variadas representações teatrais de “Chapeuzinhos Coloridos”.

Talvez ver nosso texto traduzido para outra linguagem seja o que há de mais divertido para o autor. A gente se sente um pouco pai da coisa, mas um pai surpreso, que não esperava que o filho (ou neto) fosse tão longe.



Quinto mandamento:
“Professor também é gente”.

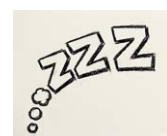
Reservar um momento para conversar só com professores pode ser muito bom. Geralmente eles têm um trabalho imenso na preparação do

evento, mas, na hora do encontro, ficam organizando tudo e acabam não aproveitando a oportunidade. E escritores gostam muito de falar com professores, de entenderem o motivo deles fazerem isso ou aquilo, de responderem perguntas de adultos etc.



Sexto mandamento:
“Providenciarás rodas para o autor”.

É de bom tom providenciar o transporte do escritor. Pode ser um táxi, a carona de um professor ou o reembolso da gasolina. O que não pode é deixar o pobre escritor no prejuízo. Eu, por exemplo, sempre faço as conversas gratuitamente. Mas cobro cem reais pelo transporte. Claro que, se houver um cachê, melhor ainda.



Sétimo mandamento:
“Não exigirás demais do autor”.

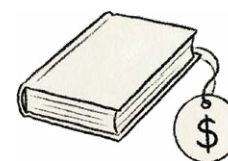
Em geral os escritores não estão acostumados a grandes dispêndios de energia. Seu exercício é, vez ou outra, ir até a cozinha pegar uma paçoquita e um café. Já os professores são verdadeiras usinas de energia. Conseguem falar horas com crianças, argumentando, andando, prendendo sua atenção. Só que isso acaba com os reles mortais. Eu, por exemplo, depois de uma tarde numa escola, costumo voltar roncando no uber para casa.

Ou seja, não se pode colocar o autor falando para três turmas seguidas. Na terceira ele já estará respondendo apenas monossilábicos “sins” e “nãos”. Ou roncando.



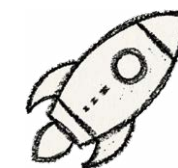
Oitavo mandamento:
“Um chocolate não faz mal a ninguém”.

Talvez aí eu já esteja pedindo demais, mas é bom não deixar o autor passar fome. Alguns ficam muito mal-humorados quando isso acontece (sim, é o meu caso). Nem precisa ser uma barra de chocolate suíço folheado a ouro. Uma empadinha já está valendo. Sem falar que um lanche com o autor pode ser um bom momento para os professores e alunos conhecerem melhor o sujeito, fazendo perguntas menos escolares.



Nono mandamento:
“Há que respeitar o momento camelô”.

Vários autores (como Plínio Marcos) levam livros seus para vender aos professores ou à escola. Geralmente a preços bem melhores do que o das livrarias. É algo muito útil para os dois lados.



Décimo mandamento:
“Esqueça os outros nove”.

Cada escola, cada turma, cada professor e cada encontro são únicos. Então, estes mandamentos não são mandamentos, mas apenas sugestões. As escolas é que têm que decidir como serão as coisas. Em algumas, o que interessa é perguntar sobre o processo de escrita. Noutras, querem dissecar o livro. Numas outras, o importante é mostrar o que foi produzido pelos

alunos. Algumas vezes fala-se com centenas de crianças de uma vez. Noutras, apenas com um seletor grupo de estudantes. Cada grupo tem uma necessidade diferente.

No fundo, o que importa mesmo é o trabalho feito antes da ida do autor à escola. O encontro final é apenas a cereja do bolo. A massa, o recheio e a cobertura são o que os professores fazem com os livros do autor antes do autor chegar. E isso tem melhorado a cada dia. ●



Autor

JOSÉ ROBERTO TORERO é formado em Letras (FFLH-USP) e Jornalismo (ECA-USP). Já publicou 39 livros para crianças e 30 para adultos. O primeiro foi “O Chalaça”, Prêmio Jabuti na categoria romance. O próximo será “Chapeuzinhos mais coloridos”, pela sua editora, a Padaria de Livros. Ele também escreveu longas e curtas-metragens para cinema (como “Uma história de futebol”, nominado ao Oscar de melhor curta-metragem).

PUBLIQUE NA GIZ

ARTIGOS OU RESENHAS DE LIVROS

Condições para submissão

- Envie o seu texto exclusivamente pelo e-mail **revistagiz@sinprosp.org.br** em documento do word e anexado à mensagem. Eventuais tabelas, gráficos, fotografias e ilustrações devem ser enviadas em alta qualidade e em formato editável, também como anexos.
- Só serão aceitos textos em língua portuguesa .
- Os artigos devem conter entre 15 mil e 20 mil caracteres com espaços.
- As resenhas devem conter entre 5 mil e 7 mil caracteres com espaços.
- Os autores são responsáveis pela veracidade e idoneidade dos trabalhos enviados.
- Trabalhos científicos apresentados em Congressos serão aceitos desde que indicados no texto o nome do Congresso, entidade promotora, local e data da apresentação.
- Indique na mensagem um e-mail e telefone de contato.
- Todas as contribuições serão avaliadas pelo Conselho Editorial da Giz; os autores receberão a “Carta de Aceite” ou “Solicitação de Revisão” no e-mail indicado no momento da submissão.

Aqui é o Sinpro falando com você!

boletim dos professores

< Informativo do SinproSP enviado por e-mail, sempre às sextas-feiras, com as notícias do Sindicato, informações sobre educação, trabalho e cultura, além de dicas e promoções especiais.

> Videocast que discute assuntos ligados à vida profissional dos professores e também de temas atuais de interesse público no canal do SinproSP no YouTube.



> O portão da nossa sede fala com a sociedade. Todo mês, um recado novo.

sala de professores

> Programa de entrevistas sobre arte, cultura e educação com periodicidade trimestral disponível no canal do SinproSP no YouTube.

ENCONTROS CULTURAIS

> Comunidades separadas por segmentos: notícias de interesse da categoria, alertas de mobilização, ações do sindicato, sorteios, novidades da Plataforma de Benefícios e cursos da Escola de Professores.




> Folheteria, SinproSP Entrevista... e muito mais! <

SinproSP
Sindicato dos Professores de São Paulo

     @sinprosp

 www.sinprosp.org.br

 (11) 5080-5988

Rua Borges Lagoa, 208, Vila Clementino,
São Paulo, SP. CEP 04038-000



**ACESSE TODAS
AS EDIÇÕES**



SinproSP
Sindicato
dos Professores
de São Paulo






 @sinprosp


www.sinprosp.org.br

 (11) 5080-5988

Rua Borges Lagoa, 208, Vila Clementino,
São Paulo, SP. CEP 04038-000